

19/09/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Muito mais que uma carteirinha](#)

[Meu pirão primeiro](#)

[O topo acima de todos](#)

[Alunos formam grupos em escolas e universidades para falar melhor em público](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

Letras

[Operação no Alemão deixa seis mortos e um PM ferido](#)

[Fundeb permanente pode tirar ganho com reforma da Previdência](#)

O GLOBO - RJ

Nação e Exército

[União calcula gasto de R\\$ 855 bi caso novo Fundeb seja aprovado](#)

[Governo diz que irá recompor orçamento do CNPq para pagar bolsas](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência](#)

[Brasil corre o risco de deixar jovens no 'limbo'](#)

[País tem enorme dificuldade de copiar boas práticas de ensino, afirma Paes de Barros](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Governo pedirá ao Congresso a liberação de R\\$ 250 milhões para bolsas de estudo, diz secretário](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Relatora da PEC do Fundeb quer 40% de complementação da União](#)

[Governo promete recompor orçamento do CNPq para pagar bolsas até fim do ano](#)

AGÊNCIA VALOR

[Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[Governo teme impacto de PEC que amplia despesas da União com Fundeb](#)

G1

[Relatora quer Fundeb permanente com 40% de recursos da União](#)

[Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 é aprovada em primeiro turno na Câmara de Juiz de Fora](#)

[Próximo de acontecer, diz secretário do Ministério da Economia sobre liberação de verba para o CNPq](#)

[Em reunião, conselheiros da UFFS aprovam pedidos de estudantes que ocupam reitoria](#)

TERRA

[Diário Oficial da União publica MP que cria carteirinha estudantil digital gratuita](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[A luta de editores da Wikipédia para evitar Ctrl+Z no verbete de Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA JB

[Em meio a cortes, Orçamento destina R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares](#)

AGÊNCIA SENADO

[CAS mantém recursos do Fundo Social para pesquisa nas mãos do CNPq](#)

BLOG DO REINALDO AZEVEDO

[Em meio a cortes, Orçamento destina R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares](#)

BRASIL247

[A farra fardada continua - falta dinheiro para tudo, menos para os militares](#)

CLIPPING



DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Em meio a cortes, Orçamento destina R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Cortes podem prejudicar pesquisas em saúde](#)

O DOCUMENTO - MT

[CAS mantém recursos do Fundo Social para pesquisa nas mãos do CNPq](#)

REVISTA GALILEU

[Especialistas avaliam impacto do descongelamento de 3 mil bolsas pelo MEC](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Associação de pesquisadores planeja greve geral contra cortes na educação](#)

ZERO HORA - RS

[Em meio a cortes, projeto de orçamento do governo destina R\\$ 4,7 bilhões de vantagens para militares](#)

Imprensa Estadual

HOJE EM DIA - MG

[Matrículas na educação a distância devem superar cursos presenciais em 2023](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Da Lava Jato para educação e ciência](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

[Pesquisa](#)

MEIO NORTE - PI

[A DEUS DARÁ](#)

Agências de notícias e sites

BRASIL DE FATO

[STF homologa acordo que destina R\\$ 2,6 bi para Educação, Ciência e Amazônia](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[O CNPq não merece sequer que se cogite a sua extinção](#)

CORREIO DO POVO - AL

[Orçamento prevê R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares](#)

DIGORESTE

[Pesquisa da UFMT encontra microrganismo que substitui agrotóxico e ajuda desenvolvimento do pimentão](#)

FATOS E NOTÍCIAS

[Especialistas avaliam impacto do descongelamento de três mil bolsas pelo MEC](#)

FOLHA1

[Resultado final: Raúl Palacio é eleito o novo reitor da Uenf.](#)

GC NOTÍCIAS

[Pesquisa desenvolvida na UFMT encontra microrganismo que substitui agrotóxico](#)

JORNAL DO CAMPUS

[Com últimos cortes, ciência brasileira corre risco de amputação total](#)

OLHAR DIRETO

[A importância da ciência para o desenvolvimento do país](#)

PBAGORA

[Coordenadora da Pós-graduação da UFPB diz que gestão Bolsonaro bate-cabeça sobre normas para bolsas](#)

TRIBUNA POPULAR

[Unesc oferece o primeiro Mestrado em Direito no interior de Rondônia](#)

AGÊNCIA SENADO

[Programa Future-se preocupa reitores quanto à autonomia das universidades](#)

G1

[Inscrições para feira alagoana de ciências Experiment terminam na sexta](#)
[Bloqueios e cortes de recursos da Unifap chegam a R\\$ 42 milhões em 2019 e afetam atividades](#)

[Professor Jacques Antonio de Miranda é nomeado reitor da Ufob](#)

PORTAL EXAME

[O Brasil além de SP: grupo SEB abrirá franquias de escola internacional](#)

PORTAL ISTOÉ

[Pontes quer R\\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato para ações da pasta em 2020](#)

REVISTA FÓRUM

[Em meio a cortes, governo Bolsonaro autoriza R\\$ 4,7 bi de vantagens para militares em 2020](#)

TERRA

[STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Muito mais que uma carteirinha

Ato do governo visa retaliar entidades estudantis

O financiamento das entidades é um falso debate. É inacreditável que, diante da grave crise que o país vive, do colapso que atinge institutos e universidades federais em virtude dos cortes orçamentários, do cancelamento de milhares de bolsas, da asfixia da **Capes** e do CNPq, o governo gaste energia e recursos com uma burocracia para cuidar da carteira de estudante.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/muito-mais-que-uma-carteirinha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Meu pirão primeiro

Corrida por verba envolve de militares a congressistas e impõe mediação política

O teto para os gastos federais inscrito em 2016 na Constituição deve ser encarado como uma medida emergencial, a durar somente até o reequilíbrio das contas do governo. Entretanto o aprendizado da sociedade com o mecanismo deveria se mostrar mais duradouro.

Ou, num exemplo mais palpável, que a criação de vantagens para a carreira militar —ao custo de R\$ 4,7 bilhões em 2020, conforme reportagem desta Folha— obriga os gestores a retirar verbas de outras finalidades, sejam obras de infraestrutura, sejam bolsas para o financiamento da pesquisa científica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/meu-pirao-primeiro.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

O topo acima de todos

Ajuste fiscal via corte de gastos e benefícios sociais mostra o plano do governo

Diante do drástico quadro orçamentário de 2020, imposto pelo teto de gastos, a equipe econômica do governo pretende aproveitar-se do desastre anunciado para livrar-se de

diversas obrigações constitucionais que impedem um corte maior de despesas, como a correção do salário mínimo pela inflação e a vinculação de receitas para a saúde e a educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2019/09/o-topo-acima-de-todos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

**Alunos formam grupos em escolas e universidades para falar melhor em público
Iniciativa parte tanto dos próprios jovens como das instituições de ensino; prática é comum nos EUA e Reino Unido**

São Paulo

"Quem vê a gente escolher o sabor da pizza às vezes se assusta", diz Matheus Franciscão, 21. Estudante de economia da USP, ele integra um grupo da universidade criado para ajudar os alunos a desenvolver técnicas de debate.

O repertório de argumentos e estratégias dos integrantes é tão grande que se manifesta até em decisões prosaicas como o que comer. Mas que ninguém se assuste: não é briga. Confrontar ideias é o que eles mais gostam de fazer.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/alunos-formam-grupos-em-escolas-e-universidades-para-falar-melhor-em-publico.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Letras

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez prepara livro sobre seus três meses à frente do MEC. Deve estar no mercado no início de 2020.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Operação no Alemão deixa seis mortos e um PM ferido

Moradores relataram uso de helicóptero e fechamento de 14 escolas após mais um confronto na comunidade

Seis pessoas foram mortas e um policial militar ficou ferido durante confrontos entre a PM e traficantes no complexo de favelas do Alemão, na zona norte do Rio, na manhã de ontem.

Segundo a Polícia Militar, cinco dos seis mortos seriam suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. Os moradores afirmam que uma vítima era um mototaxista que estava trabalhando quando foi alvejado.

Os moradores apontaram, ainda, que essa seria a primeira operação do governo Wilson Witzel (PSC) a usar helicóptero no Alemão, a partir do qual teriam sido feitos disparos contra pessoas em terra. Segundo afirmam, houve fechamento de ao menos 14 escolas na região por causa da troca de tiros.

Em nota, a PM afirmou que foi recebida a tiros por criminosos assim que entrou na comunidade. Um policial de 34 anos foi baleado e levado para o Hospital Getúlio

Vargas. Submetido a cirurgia, ele estava em estado grave até o fechamento desta edição, segundo a PM.

A polícia diz ter apreendido um fuzil, quatro pistolas e 47 artefatos explosivos. Também teriam sido encontrados duas prensas e diversos coletes.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Fundeb permanente pode tirar ganho com reforma da Previdência

Fundo para Educação, que seria extinto em 2020, responde por 63% das verbas para ensinos médio e fundamental

BRASÍLIA

A equipe econômica acompanha com apreensão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, que torna permanente e aumenta a participação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

Segundo fontes do ministério, o assunto dominou boa parte das reuniões da manhã de ontem do ministro Paulo Guedes. Interlocutores do ministro já classificam a proposta de “suicídio fiscal da República”.

À tarde, a relatora da PEC do Fundeb, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), apresentou minuta do parecer. Ela defende tornar o fundo, que será extinto em 2020, permanente. Para isso, propõe que a parte financeira, que compete à União, cresça de forma escalonada num período de dez anos partindo de 15% até chegar a 40% no 11.º ano.

Segundo a deputada, o impacto, calculado por técnicos da Câmara, seria de R\$ 279 bilhões. “Hoje nós temos o fundo bancado 90% por Estados e municípios. A União coloca 10%, que são R\$ 14 bilhões. Os Estados redistribuem e complementam com R\$ 22 bilhões. Em nenhuma situação saltaríamos de R\$ 14 bilhões para em dez anos chegarmos em R\$ 800 bilhões (como calcula a equipe econômica)”.

O Fundeb foi criado em 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC). É composto por recursos das administrações municipais, estaduais e do Distrito Federal. Além disso, acrescentam-se a ele, hoje, 10% do total como contrapartida do governo federal para garantir que cada Estado e município cumpra um valor mínimo de gasto por aluno definido a cada ano pelo MEC.

No dia 10 de junho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, apresentaram proposta a parlamentares favorável à renovação do Fundeb para além de 2020, inclusive com o aumento gradual da participação da União de 10% para 15%. Em nota, o Ministério da Educação reafirmou o que consta no ofício encaminhado à Câmara, defendendo o percentual de 15%. Hoje, Weintraub e Guedes se reúnem para discutir o assunto.

No pior cenário para as contas federais, os cálculos da área técnica da Economia apontam aumento nas despesas com o fundo de mais de R\$ 600 bilhões entre 2021 e

2031. Ou seja, enquanto o governo luta para economizar R\$ 870 bilhões com a reforma da Previdência que será votada no Senado, a equipe econômica considera que a aprovação da PEC do Fundeb pode retirar, numa só tacada, R\$ 855 bilhões desse impacto.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA

Nação e Exército

Militares não querem ser confundidos como parte do governo Bolsonaro, como não quiseram em outros governos

A relação entre os militares e o presidente Jair Bolsonaro foi mais uma vez colocada em xeque por interferência do guru Olavo de Carvalho, que foi ao YouTube para criticar a edição do livro do sociólogo Gilberto Freyre “Nação e Exército” pela Biblioteca do Exército.

O lançamento será amanhã na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), para comemorar os 70 anos da edição do livro. Olavo de Carvalho estranhou, questionando se a decisão seria uma indicação de que militares estariam se unindo a comunistas para afrontar o presidente da República.

A análise nesse sentido foi publicada no blog bolsonarista Sociedade Militar, interpretando que a publicação do livro marca “o fortalecimento de uma ala mais progressista da força terrestre” e um “gradual afastamento do presidente da República e do governo como um todo”.

O que provocou a ira de Olavo de Carvalho, que normalmente é elogiado pelo blog bolsonarista. No seu blog, Olavo disse não acreditar que essa análise representasse a visão do Exército. A informação de que Gilberto Freyre, em 1949, fazia parte da Aliança Nacional Libertadora, formada por comunistas, antifascistas e militares descontentes, e que, portanto, o livro representaria uma visão ideológica diferente da do Exército é rechaçada pelos militares responsáveis pela edição. Que, aliás, começou a ser pensada cerca de três anos atrás, sendo impossível atribuir a ideia a uma mensagem cifrada contra o governo Bolsonaro.

O neto de Gilberto Freyre, que é secretário de Cultura do governo de Pernambuco, aprovou a ideia e fará um lançamento também em Recife. No livro, Gilberto Freyre defende a tese de que o Exército não deve ser convocado pela sociedade para atuar em todos os momentos de crise.

Debate que continua atual devido ao acionamento do Exército para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em vários pontos do país, além de atuações na área de infraestrutura. A mensagem de Freyre é de união entre civis e militares para enfrentar os desafios futuros, como está ressaltado no livro. Os militares, na verdade, não querem ser confundidos como parte do governo Bolsonaro, como não quiseram em qualquer outro governo, pois fazem questão de serem reconhecidos como parte de instituições do Estado brasileiro.

A participação de militares no governo Bolsonaro não significa a presença das instituições militares no governo, fazem questão de afirmar. O comandante do Exército, general Pujol, sempre acentua que o Exército é uma instituição do Estado brasileiro, e não de governos, que são eventuais e ligados a partidos políticos.

Por isso, há uma preocupação, por exemplo, com a adoção de “escolas militarizadas”, que fazem parte do programa do Ministério da Educação e foram prometidas na campanha por Bolsonaro como política de governo, embora alguns estados já estivessem colocando em prática a ideia.

Essa proposta não conta com o apoio do Exército, cujos líderes consideram que o que se busca com essa adjetivação das escolas é segurança e disciplina, que não são objetivos dos colégios militares, mas consequência de um programa mais amplo de preparação dos alunos para a vida na sociedade.

Tanto que eles não são restritos aos militares, havendo oficiais superiores que não cursaram um Colégio Militar, e civis que cursaram e não seguiram a carreira. Os colégios militares não fazem parte da formação da carreira, que tem três pilares: a Academia Militar das Agulhas Negras; a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme).

Os colégios militares são considerados educação assistencial, e são procurados por seus alunos, não impostos pelo governo. Não representam, portanto, uma filosofia educacional militar que possa ser transferida para o sistema nacional de educação.

Os militares como instituição consideram que muitas vezes são usados como válvula de escape de políticos, especialmente na segurança, e agora na educação, que os convocam quando a situação é grave, mas só assumem a responsabilidade quando as intervenções dão certo. Recaem sobre os militares as falhas, e seria da mesma maneira no caso de o programa educacional baseado nos colégios militares dar errado.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

União calcula gasto de R\$ 855 bi caso novo Fundeb seja aprovado

Valor anularia economia com aprovação da reforma da Previdência, mas relatora prevê custo bem mais baixo, de R\$ 279 bilhões; texto prévio da proposta foi apresentado ontem na Câmara

BRASÍLIA

O governo federal diz que pode ter uma despesa extra de R\$ 855 bilhões, em dez anos, com a proposta que muda o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), segundo cálculo divulgado pelo Ministério da Economia. O relatório prévio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que trata do assunto foi apresentado ontem em Comissão Especial da Câmara.

A equipe econômica se diz preocupada com o andamento do projeto, diante do potencial explosivo que a PEC teria para as contas públicas. O aumento de gastos previsto na PEC e calculado pelo governo poderia praticamente anular a economia que será obtida com a reforma da Previdência, de R\$ 876 bilhões, também em dez anos. A reforma será votada no Senado na próxima semana.

A relatora da PEC, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), rebate os números do governo e prevê um gasto bem menor, de R\$ 279 bilhões, de 2021 a 2031.

O texto prevê que a União deverá completar até 40% do Fundo. Atualmente, o governo federal complementa apenas 10% do Fundeb para ajudar estados que não alcançam o índice mínimo de investimento por aluno.

O fundo, cuja vigência acaba no fim do ano que vem, reúne impostos federais e estaduais. A partir desse montante, a União entra com a complementação, a ser distribuída a estados com menos recursos. Neste ano, o governo federal contribuirá com cerca de R\$ 14 bilhões.

‘DIFICULDADE DE COMPREENSÃO’

O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica brasileira e corresponde a 85% dos recursos utilizados para manter o gasto por aluno no país.

Os cálculos da área técnica do Ministério da Economia apontam para um aumento adicional nas despesas com o fundo de R\$ 469 bilhões entre 2021 e 2031. A esse valor seria somado o impacto da complementação de hoje, em R\$ 247 bilhões, no mesmo período.

Além disso, os cálculos do ministério já consideram o aumento da base do Fundo de Participação do Municípios e de royalties, também previstos na PEC. Essa mudança teria um impacto extra de R\$ 138 bilhões nas contas federais. No fim, a fatura para a União seria de R\$ 855 bilhões.

A proposta do Ministério da Educação (MEC) prevê a complementação máxima de 15% em cinco anos. Esse também é o valor defendido pelo Ministério da Economia.

A relatora rebateu estimativa do governo, apresentando simulações feitas pela Consultoria da Câmara. Segundo os dados mostrados pela deputada, o aporte do governo federal teria incremento de R\$ 279,8 bilhões de 2021 a 2031, caso a proposta seja aprovada.

— Houve alguma dificuldade de registro, de compreensão, de calculadora, sei lá — afirmou a deputada.

O texto de Dorinha também vincula, na Constituição, a aplicação de 75% dos recursos de royalties do petróleo e outras explorações minerais na educação pública. Mas os cálculos da deputada não consideram a inclusão de receitas do petróleo. No entanto, o consultor Claudio Tanno afirma que a exclusão não impacta na projeção e ressalta que o aumento da produção também levará a aumento de arrecadação para o governo.

A PEC prevê ainda que uma parte do ICMS recolhido pelos estados seja distribuído aos municípios conforme indicadores de melhoria na aprendizagem, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

O deputado Bacelar (Podemos-BA) acusou a equipe econômica de fazer “terrorismo político” com projeções imprecisas.

— A gente quer tranquilizar a equipe econômica e pedir para que não enveredem pelo terrorismo político. Vamos conseguir uma proposta que seja a melhor para o Brasil.

O texto ainda está sob consulta. A deputada diz que deve ser apresentado em outubro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Governo diz que irá recompor orçamento do CNPq para pagar bolsas

BRASÍLIA

O governo vai enviar um pedido de suplementação orçamentária ao Congresso de R\$ 250 milhões para garantir o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim do ano. Cerca de 80 mil bolsistas estão sem saber se receberão de novembro em diante. O anúncio foi feito pelo secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, em audiência na Câmara, ontem.

O orçamento do CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o pagamento de bolsas foi aprovado no ano passado com um déficit de R\$ 330 milhões. O recurso autorizado só foi suficiente para pagar os incentivos até setembro (folha de agosto). No início deste mês, uma suplementação de R\$ 82 milhões foi assegurada pela equipe econômica, para cobrir os pagamentos que serão feitos em outubro. Mas ainda estão pendentes os recursos para novembro e dezembro.

Guarany disse que os gastos do governo precisam ser ditados pelo ritmo de arrecadação, como é feito em diferentes países no mundo. Segundo ele, alocar recursos em ciência e tecnologia é “questão apartidária e muito importante para o crescimento do país”. O secretário defendeu a desvinculação de despesas para que o Congresso decida, ao votar o orçamento federal, onde deve ser aplicado o recurso do contribuinte.

Para o ano que vem, o recurso previsto para o CNPq para pagamento de bolsas é de pouco mais de R\$ 1 bilhão, apontado por Guarany como suficiente para garantir a manutenção dos incentivos. No entanto, a rubrica para fomento à pesquisa, que incluiu gastos com insumos, equipamentos, laboratórios, caiu cerca de 87% na proposta orçamentária do governo para 2020, em relação ao aprovado este ano, ficando em menos de R\$ 20 milhões. (Renata Mariz)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência

Até julho, ministério só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019

O governo federal caminha para cortar mais em ciência e tecnologia do que em qualquer outra área com orçamento relevante em 2019. A conclusão é de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicaram uma análise das contas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) entre 2000 e 2019. Segundo o Ipea, até julho, a pasta só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019 (R\$ 13,6 bilhões) e tende a ser a mais afetada este ano pelos cortes do governo, ficando aquém da média histórica de 60% do orçamento empenhado.

O documento do Ipea vem em meio à crise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado ao MCTIC, que ameaça o pagamento de bolsas de pesquisa a 84 mil cientistas brasileiros.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/19/ipea-preve-corte-de-verba-ainda-maior-na-ciencia.ghtml

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Brasil corre o risco de deixar jovens no ‘limbo’

As análises são de dois dos mais conhecidos especialistas em educação do Brasil:

Ricardo Paes de Barros e Ricardo Henriques

Apesar das experiências exitosas em algumas redes municipais e estaduais, o Brasil tem dificuldades em documentar, difundir e criar incentivos para melhorar a educação pública em larga escala. E, em meio às aceleradas transformações tecnológicas em curso, o país corre o risco de ficar na “segunda divisão” do mundo, o que deixaria a nova população adulta brasileira em um “limbo”.

As análises são de dois dos mais conhecidos especialistas em educação do Brasil: Ricardo Paes de Barros, professor do Insper, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e coordenador da rede de pesquisadores do Instituto Unibanco; e Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/19/brasil-corre-o-risco-de-deixar-jovens-no-limbo.ghtml

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

País tem enorme dificuldade de copiar boas práticas de ensino, afirma Paes de Barros

Para especialista, Brasil poderia se inspirar em modelo chileno

Valor: O sr. fala muito em melhorar a gestão das escolas, mas esse termo não ganhou uma carga negativa, porque parece que minimiza a falta de verba para educação no país? O sr. concorda com isso?

Ricardo Paes de Barros: Se por definição gestão é aquilo que lhe permite, dados os recursos escassos que todos temos, alcançar o melhor resultado possível, se o seu objetivo é esse, você tem de adorar gestão. Se gestão ganhou má fama, ou é porque alguém não está interessado no resultado, o que não acredito, ou os programas de gestão com os quais ele teve contato não eram bons. Eram programas que criavam um monte de regra e no fim do dia você não convertia os seus recursos em melhores resultados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/19/pais-tem-enorme-dificuldade-de-copiar-boas-praticas-de-ensino-afirma-paes-de-barros.ghtml>

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo pedirá ao Congresso a liberação de R\$ 250 milhões para bolsas de estudo, diz secretário

Recursos seriam suficientes para pagamento de bolsas do CNPq até o fim deste ano
Brasília

O governo pedirá autorização ao Congresso para liberar R\$ 250 milhões que serão destinados ao pagamento de bolsas de estudos, informou nesta quarta-feira (18) o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys.

De acordo com o secretário, o governo enviará ao Congresso nos próximos dias um pedido de suplementação orçamentária nesse montante.

O valor, segundo a pasta, será suficiente para o pagamento das bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) até o final do ano.

No mês passado, o aperto nas contas levou o CNPq a anunciar a suspensão de aproximadamente 4,5 mil bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado que seriam distribuídas às universidades.

O órgão afirmava ainda que as 84 mil bolsas ativas só poderiam ser pagas até setembro, quando os recursos do órgão para essa finalidade se esgotariam.

No início deste mês, foram liberados R\$ 82 milhões. Agora, com a suplementação de R\$ 250 milhões, o governo atinge os R\$ 330 milhões que eram necessários para garantir os pagamentos.

“Nossa estimativa é a de que vamos ter os recursos necessários para que o CNPq tenha a recomposição orçamentária até o final do ano, garantindo que todos tenham suas bolsas”, disse o secretário em comissão na Câmara.

Para 2020, a previsão do governo é de um orçamento de R\$ 1,025 bilhão para o pagamento de pesquisadores.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Relatora da PEC do Fundeb quer 40% de complementação da União

Texto apresentado pela deputada muda critérios de distribuição do aporte e eleva o mínimo que pode ser gasto com pagamentos de profissionais na ativa

BRASÍLIA - A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb na Câmara, apresentou nesta quarta-feira uma prévia de seu relatório que aumenta a complementação da União no fundo da educação básica dos atuais 10% para 40% em dez anos. No primeiro ano de vigência, o aporte seria de 15%, subindo 2,5 pontos percentuais anualmente.

O aumento do aporte do governo federal previsto no texto da deputada, conforme adiantou o GLOBO nesta semana, é bem superior ao incremento defendido pelo Ministério de Educação (MEC), de até 15% escalonado em cinco anos. O Fundeb, cuja vigência acaba no fim do ano que vem, reúne impostos federais e estaduais. A partir desse montante, a União entra com a complementação, a ser distribuída a estados com menos recursos. Neste ano, o governo federal contribuirá com cerca de R\$ 14 bilhões.

O texto de Dorinha também vincula, na Constituição, a aplicação de 75% dos recursos de royalties do petróleo e outras explorações minerais na educação pública por parte de todos os entes da Federação. A PEC prevê ainda que uma parte do ICMS recolhido pelos estados sejam distribuídos aos municípios conforme indicadores de melhoria na aprendizagem, considerando o nível socioeconômico dos alunos.

Ainda segundo o texto de Dorinha, a complementação da União passa a ser feita não mais considerando os estados com os menores montantes de recursos. Mas sim os

valores por aluno de cada rede escolar. O critério tenta fazer uma distribuição mais justa dos recursos aportados pelo governo federal.

- Com esse tipo de regra, municípios da parte pobre de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha, passarão a receber complementação da União, o que não acontece pelo critério atual de olhar só o estado como um todo - afirmou Dorinha.

O texto da deputada considera ainda que deverá ser definido, em norma posterior, os parâmetros para se calcular o custo aluno qualidade, conforme prevê o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse custo deve levar em conta a necessidade de financiamento para se ter padrões mínimos de qualidade na educação, considerando as diferentes etapas e condições específicas das diversas modalidades de ensino.

- O PNE previu e nunca foi feito para termos parâmetros definidos para se calcular, todo início de ano, o custo-aluno mínimo no Brasil - criticou.

Outro dispositivo do texto de Dorinha estipula uso de no mínimo 70% do fundo para pagar profissionais da educação básica na ativa, e reafirma a vedação já existente de uso do recurso para pensões e aposentadorias. Hoje, é possível gastar 60% do dinheiro com pessoal.

Críticas ao governo

Boa parte da apresentação da leitura do texto foi tomada por críticas ao governo, que fez estudo estimando em mais de R\$ 800 bilhões em dez anos o impacto do Fundeb nos cofres federais caso a proposta de novo Fundeb prospere. Dorinha apresentou estudo da Consultoria da Câmara para rebater os dados, que aponta investimento de complementação bem menor, de R\$ 279 bilhões no mesmo período.

Ao fim da sessão, ao ser questionada sobre como foram feitos os cálculos apresentados, Dorinha disse que não sabia, que se tratava de uma simulação elaborada por técnicos da Casa, mas apontou como absurda a estimativa do governo.

- Vamos fazer uma conta simples. Hoje, o Fundeb é de R\$ 14 bilhões. Se eu multiplicar por quatro, que seriam os 40% ao fim dos dez anos de complementação, não dá R\$ 800 bilhões que eles acharam. Não faz sentido - afirmou.

O texto da relatora inclui ainda uma espécie de trava para o caso de uma reforma tributária ventilada para ser a próxima matéria da Casa, após a previdenciária. Ficou definido que os recursos devem ficar garantidos ainda que haja "extinção ou substituição de impostos" que fazem parte da cesta do Fundeb.

Ela disse ainda, durante a apresentação do texto, que não acatou sugestão do governo de poder usar fundos regionais como parte da complementação da União. Segundo ela, o tema é controverso demais para ser incluído na PEC e resultaria em uma substituição de fonte:

- Tem toda uma complicação do formato dos fundos regionais, e eu não estou dizendo que não pode ser construído. Mas não vai ser construído por este texto. O governo pode construir com o Parlamento.

A deputada afirmou que o texto apresentado ainda está sob consulta e que pode receber sugestões. Ela estima apresentar o relatório em outubro. Dorinha acredita que se a reforma tributária começar a tramitar, dificilmente haverá espaço para a PEC do Fundeb. No entanto, alerta que o fundo, principal instrumento de financiamento da educação básica, só vigora até o fim do ano que vem.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governo promete recompor orçamento do CNPq para pagar bolsas até fim do ano Será enviado pedido de mais recursos ao Congresso, segundo secretário-executivo do Ministério da Economia

BRASÍLIA - O governo vai enviar um pedido de suplementação orçamentária ao Congresso de R\$ 250 milhões para garantir o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o fim do ano. Cerca de 80 mil bolsistas estão sem saber se receberão de novembro em diante. O anúncio foi feito pelo secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, em audiência na Câmara nesta quarta-feira.

O orçamento do CNPq, ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o pagamento de bolsas foi aprovado no ano passado com um deficit de R\$ 330 milhões. O recurso autorizado só foi suficiente para pagar os incentivos até setembro (folha de agosto). No início deste mês, uma suplementação de R\$ 82 milhões foi assegurada pela equipe econômica, para cobrir os pagamentos que serão feitos em outubro. Mas ainda estão pendentes os recursos para novembro e dezembro.

Guarany disse que os gastos do governo precisam ser ditados pelo ritmo de arrecadação, como é feito em diferentes países no mundo. Segundo ele, alocar recursos em ciência e tecnologia é "questão apartidária e muito importante para o crescimento do país". O secretário defendeu a desvinculação de despesas para que o Congresso decida, ao votar o orçamento federal, onde deve ser aplicado o recurso do contribuinte.

Para o ano que vem, o recurso previsto para o CNPq para pagamento de bolsas é de pouco mais de R\$ 1 bilhão, apontado por Guarany como suficiente para garantir a manutenção dos incentivos. No entanto, a rubrica para fomento à pesquisa, que incluiu gastos com insumos, equipamentos, laboratórios, caiu cerca de 87% na proposta orçamentária do governo para 2020, em relação ao aprovado este ano, ficando em menos de R\$ 20 milhões. Pesquisadores consideram o valor irrisório para tocar estudos em andamento.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Ipea prevê corte de verba ainda maior na ciência

Até julho, ministério só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019

O governo federal caminha para cortar mais em ciência e tecnologia do que em qualquer outra área com orçamento relevante em 2019. A conclusão é de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que publicaram uma análise das contas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) entre 2000 e 2019. Segundo o Ipea, até julho, a pasta só tinha executado 27% ou R\$ 3,7 bilhões do orçamento previsto para 2019 (R\$ 13,6 bilhões) e tende a ser a mais afetada este ano pelos cortes do governo, ficando aquém da média histórica de 60% do orçamento empenhado.

O documento do Ipea vem em meio à crise no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), subordinado ao MCTIC, que ameaça o pagamento de bolsas de pesquisa a 84 mil cientistas brasileiros.

O ritmo de gastos do MCTIC nos sete primeiros meses do ano só esteve acima do verificado nos ministérios de Infraestrutura (26%), Minas e Energia (17%) e Turismo (16%), que tem orçamento bem inferior, de R\$ 559 milhões. As duas primeiras pastas, no entanto, não têm volume de empenhos mensais fixo como o MCTIC, e estão mais propensas à chamada “dezeembrada”, tradicional liberação de recursos no fim do ano.

A economista do Ipea Fernanda de Negri afirma que, por essa razão, o MCTIC tende a ter o menor percentual liquidado na Esplanada dos Ministérios em 2019 em relação ao orçamento total previsto. “A execução do MCTIC é mais homogênea que a de outros ministérios, porque boa parte das verbas alimenta o CNPq, que tem sua maior rubrica nas bolsas, pagas mensalmente”, diz.

Ela diz, no texto, que o esforço para cumprir a meta deveria fiscal ser compartilhado por todos os ministérios, o que não ocorre, “sugerindo uma baixa prioridade da área [MCTIC] na execução do governo federal”. Até julho, a média de execução orçamentária da Esplanada é de 46%, 19 pontos percentuais maior que o do MCTIC.

O executado pelo MCTIC caiu de quase R\$ 11 bilhões em 2013 (auge da série) para R\$ 7,7 bilhões em 2018. E, se o ritmo atual de execução permanecer, a pasta executará cerca de R\$ 6 bilhões até o fim de 2019, queda superior a 45% desde 2013.

Para Fernanda, tamanha variação é especialmente preocupante porque o “esforço de construção de capacitações” em ciência e tecnologia é cumulativo e depende da estabilidade de recursos.

Como exemplo, ela cita o desenvolvimento do fármaco Captopril, utilizado no tratamento da hipertensão. Pesquisadores da USP identificaram o princípio ativo no veneno da cobra jararaca nos anos 1940, mas, só na década de 1980, uma segunda geração de cientistas conseguiu prolongar o efeito da substância no corpo humano, tornando viável a fabricação de um medicamento. “O ciclo de maturação de uma pesquisa consequente pode levar 40 anos. Isso requer estabilidade de recursos. Quando se corta dessa maneira, deixamos de formar cientistas e interrompemos processos de criação de conhecimento que terão dificuldade para serem retomados”, diz.

Soma-se à queda de empenhos o fato de que a parcela do orçamento efetivamente prevista para ciência e tecnologia regrediu ao nível de 2006. A classificação funcional das despesas da pasta mostra que os gastos com essa finalidade caíram de 63% em 2010 - auge da série - para apenas 36% do orçamento em 2019.

A perda de participação da ciência propriamente dita no orçamento, diz o Ipea, se deve ao aumento das previsões para reserva de contingência (35%), previdência (14%) e encargos especiais (10%). A alta nos encargos é puxada pelo repasse de cerca de R\$ 1 bilhão para a participação da União na Telebrás - valor atribuído ao desenvolvimento e lançamento do satélite geoestacionário de defesa e comunicação estratégica e a implantação de uma infraestrutura de comunicação de dados.

O valor liquidado pelo CNPq caiu de R\$ 2,61 bilhões em 2013 para R\$ 1,29 bilhão em 2018 - e deve ser ainda menor em 2019. No início de setembro, o órgão esgotou toda a rubrica anual de bolsas, R\$ 784,7 milhões, e tenta aprovar, junto ao Ministério da Economia, o remanejamento interno de R\$ 82 milhões para realizar os depósitos em outubro. Segundo o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, para arcar com as bolsas até o fim do ano, será preciso crédito suplementar de R\$ 248 milhões, prometido pela equipe econômica para o fim do mês.

O MCTIC afirmou que tem atuado com o Ministério da Economia e o Congresso para maior disponibilidade de recursos e mantido “diálogo permanente” com os gestores de entidades vinculadas para otimizar seus orçamentos e minimizar o impacto nas atividades.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Governo teme impacto de PEC que amplia despesas da União com Fundeb

A equipe econômica acompanha com apreensão o relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15 de 2015, que torna o Fundeb permanente e aumenta a participação da União no fundo. Pelas contas de técnicos do Ministério da Economia, a aprovação do texto pode aumentar o gasto do governo federal em mais de R\$ 855 bilhões em dez anos, anulando todo o esforço da reforma da Previdência.

De acordo com fontes do ministério, o assunto dominou boa parte das reuniões desta manhã do ministro Paulo Guedes. Interlocutores do ministro já classificam a proposta de "suicídio fiscal da República".

À tarde, a relatora da PEC do Fundeb, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), apresentou uma minuta do que deve ser seu relatório. A medida pretende tornar o fundo, que será extinto em 2020, permanente. Para isso, a relatora propõe que a parte financeira do fundo que compete à União cresça de forma escalonada em um período de 10 anos partido de um porcentual de 15% até chegar a 40% no décimo primeiro ano.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado pela emenda constitucional 53, de 2006. O mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC).(...)

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Relatora quer Fundeb permanente com 40% de recursos da União

Deputada Dorinha Seabra Resende (DEM-TO) apresentou prévia de seu parecer e propôs aumento escalonado da participação do governo. Atualmente, União contribui com 10%.

A deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), quer ampliar de 10% para 40% a participação da União no fundo.

O Fundeb é repassado pela União às secretarias estaduais e municipais. Os recursos são

uma complementação para a educação básica, que vai do ensino infantil ao médio. A lei atual prevê o fim do fundo em 2020 e, por isso, o Congresso discute um novo formato para restabelece-lo.

A deputada apresentou nesta quarta-feira (18) uma prévia do seu relatório à comissão especial que analisa a proposta na Câmara. A partir dessa prévia será elaborado um texto final que terá de ser aprovado na própria comissão e depois no plenário da Casa.

Atualmente, a União contribui com 10% para o Fundeb. A relatora propôs aumento escalonado em 10 anos, passando a 15% no ano seguinte à entrada em vigor da proposta, 25% no quinto ano e 40% no décimo primeiro ano.

“Hoje nós temos o fundo, que 90% desse é bancado por Estados e municípios. A União coloca 10%, que são R\$ 14 bilhões. Os Estados redistribuem e complementam com R\$ 22 bilhões”, disse a relatora.

Durante a apresentação do relatório, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União em 10 anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo e nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 é aprovada em primeiro turno na Câmara de Juiz de Fora

Receita total prevista pela Prefeitura é de R\$ 2,86 bilhões. O valor é aproximadamente 35,5% maior do que o orçamento deste ano.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Juiz de Fora para o exercício financeiro de 2020 foi aprovada em primeiro turno na reunião ordinária desta quarta-feira (16) na Câmara Municipal. O projeto segue para segunda discussão no Legislativo.

A LDO estabelece as metas fiscais e prioridades na aplicação dos recursos arrecadados ao longo do próximo ano e tem prevista uma receita total de R\$ 2,86 bilhões. O valor é aproximadamente 35,5% maior do que o orçamento de 2019.

A matéria segue as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) 2018/2021 e orienta a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020.

O conjunto formado pelo PPA, LDO e LOA, conhecido como Leis Orçamentárias, está previsto no artigo 165 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas leis guardam relação direta entre si, além de serem complementares.

Audiência Pública

No mês passado, o G1 mostrou foi realizada na Câmara Municipal uma audiência pública para debater sobre a LDO 2020.

Na ocasião, o secretário de Planejamento e Gestão da Prefeitura, Lúcio de Sá Forte, revelou que a expectativa de receita do Executivo para 2020 está em R\$ 2,86 bilhões.

Os dados apresentados por ele indicam que os recursos são provenientes de: 26% de receita própria, 21% de transferência, 15% de capital e 38% vinculadas.

As receitas correspondem 70% do Fundo Municipal de Saúde e 21% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Orçamento Participativo

A Prefeitura de Juiz de Fora anunciou na semana passada que o prazo para votação do Orçamento Participativo 2020 foi prorrogado. Com a nova data, a população pode opinar até o dia 30 de setembro sobre em qual área o Executivo deve investir recursos no próximo ano.

A escolha de aplicação de recursos será incluída na Lei Orçamentária Anual (LOA) e enviada para aprovação da Câmara Municipal em outubro. Para a ação será disponibilizado R\$ 1,5 milhão de verbas do Executivo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Próximo de acontecer, diz secretário do Ministério da Economia sobre liberação de verba para o CNPq

Secretário-executivo Marcelo dos Guarany's disse que acordo com STF sobre verba da Petrobras não contempla diretamente as bolsas. Ele conta que relatórios indicam melhoria na arrecadação e que vai enviar ao Congresso pedido de suplementação.

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Pacheco dos Guarany's, disse nesta quarta-feira (18) que a homologação de acordo no Supremo Tribunal Federal (STF) para utilização do fundo bilionário da Petrobras foi uma "boa notícia", juntamente com as prévias da arrecadação que sinalizam maior fôlego para descontingenciar o Orçamento da área de pesquisa.

Segundo ele, a verba do Fundo Petrobras liberada para aplicação em pesquisa dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) não contempla diretamente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mas que o dinheiro vai dar "fôlego" para a gestão dos recursos.

O secretário-executivo ainda se disse otimista com a melhora na arrecadação e que será resolvida a liberação da verba para o pagamento dos bolsistas em 2019.

"Estamos tendo notícias boas de que isso está próximo de acontecer. Como vai acontecer são aspectos técnicos que vamos ter que terminar de elaborar", disse durante audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Guarany's disse que o governo está cumprindo e vai cumprir o acordo feito com os deputados. Isso porque, em 11 de junho, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade que o governo pudesse contrair dívidas para abrir crédito suplementar e garantir o pagamento de contas públicas. Uma das condições era a liberação dos R\$ 330 milhões que faltam ao CNPq para pagar as bolsas até o fim do ano.

"Não estou afirmando que a gente vai usar os recursos do Supremo. (...) O que eu estou dizendo é que os R\$ 330 milhões nós recomporemos. (...) Para cumprir acordos, a gente precisa de espaço orçamentário e precisa de receita. São duas coisas que estamos tentando viabilizar", disse.

"Sobre o acordo do Supremo de ontem, que nos libera R\$ 250 milhões sinalizados para a pesquisa, isso é importante para já nos gerar um aumento de fôlego, mas não só para isso, mas para outras áreas. O aumento de recursos necessários para a rubrica do CNPq é o que a gente está discutindo agora, não está no acordo (com o Supremo), a gente está discutindo como fazer", disse Guarany.

O secretário-executivo disse que o Ministério da Economia vai enviar ao Congresso Nacional um pedido formal para realizar a suplementação orçamentária de R\$ 250 milhões. O valor é o mesmo liberado no acordo do fundo da Petrobras dentro do MCTIC.

Além de celebrar o repasse do Fundo Petrobras, Guarany destacou a perspectiva de números positivos na arrecadação. "Estamos na semana de fechamento de relatório das nossas execuções orçamentárias, as prévias que tivemos nos dão bons números de que poderemos respirar um pouco mais", disse Guarany.

"Nossa estimativa é a de que vamos ter os recursos necessários para que o CNPq tenha a recomposição orçamentária até o final do ano, garantindo que todos tenham suas bolsas", disse o secretário-executivo.

Presidente do CNPq diz que remanejamento de verbas para bolsas não é magia, caridade ou solução mirabolante

Pagamento ameaçado

No começo do mês, o CNPq precisava de R\$ 330 milhões para o pagamento das bolsas até o final deste ano. Uma parcela de R\$ 82 milhões foi obtida com remanejamento de verbas dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC), pasta à qual o CNPq é ligado.

"A gente precisa recompor o orçamento que recebemos no ano passado (cerca de R\$ 730 milhões) para quase R\$ 1,1 bilhão. Havia um compromisso de R\$ 330 milhões: nós já havíamos recomposto desde setembro R\$ 80 milhões e agora precisamos de mais R\$ 250 milhões", disse o secretário-executivo.

"Precisamos de ajuda da Casa para suplementação orçamentária. Os recursos para isso dependem sempre de uma realização da receita, que nós acompanhamos bimestralmente, por meio dos nossos relatórios." - Marcelo Pacheco dos Guarany, secretário-executivo do Ministério da Economia

Procurado pelo G1, o CNPq informou via assessoria que ainda não havia uma definição oficial da destinação dos recursos do Fundo Petrobras para o CNPq, já que os valores são formalmente para o MCTIC.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Em reunião, conselheiros da UFFS aprovam pedidos de estudantes que ocupam reitoria

Foi marcada uma sessão para 30 de setembro para debater destituição de reitor Marcelo Recktenvald. Alunos decidem em assembleia se desocupam prédio.

Em reunião ordinária na noite desta quarta-feira (18), o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) aprovou os pedidos dos

estudantes que ocupam a reitoria da instituição, que fica em Chapecó, no Oeste catarinense. No dia 30 de setembro, será feita uma sessão para decidir sobre o pedido de destituição do reitor Marcelo Recktenvald.

Os estudantes decidiram desocupar a reitoria até as 10h desta quinta-feira (19), para limpeza e organização do espaço. O controle do portão volta a ficar sob responsabilidade da segurança e os alimentos que se encontravam na ocupação serão doados solidariamente.

Sobre a reunião do Consuni, o reitor afirmou que "De minha parte, ficou bem esperançoso, apesar do clima tenso e truncado que a pauta teve pela natureza que a universidade vive nesse momento. Mas que haja a desocupação do espaço e que a gente possa trabalhar normalmente na reitoria".

Os alunos ocupam o local desde 30 de agosto. Eles protestam contra a nomeação de Recktenvald para reitor. Ele foi o terceiro colocado dos votos para o cargo. Os estudantes disseram à NSC TV que a manifestação é por considerar a postura do presidente antidemocrática.

Reunião

Foi criada mais uma comissão no Consuni para elaborar a base para a discussão sobre a destituição. Entre os pedidos aprovados dos estudantes também estão a realização de assembleias nos campi da UFFS para debater esse assunto e o programa Future-se, do Ministério da Educação e a realização de uma sessão do conselho para que a universidade se posicione sobre o Future-se.

Também foi aprovado que os estudantes e servidores que fazem parte das manifestações contra o reitor não tenham prejuízos disciplinares e acadêmicos.

Impasse

No domingo (15), integrantes do Consuni apresentaram uma carta com pedido de renúncia a Marcelo Recktenvald do cargo de reitor da instituição.

Os conselheiros, entre titulares e suplentes, exigem a renúncia por entenderem que "sua nomeação, feita pelo Presidente da República, por meio de Decreto publicado no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2019, representa clara violação à autonomia da UFFS e desrespeito para com a comunidade universitária".

Na sexta (13), uma comissão para negociar a reintegração do prédio da reitoria da UFFS foi criada em uma reunião extraordinária do Consuni. A criação foi falada durante a audiência de conciliação promovida pela Justiça Federal entre os estudantes que ocupam o prédio da reitoria e a equipe do reitor em 10 de setembro.

Após a audiência de conciliação, em assembleia na noite de terça, os estudantes decidiram que o reitor e seu vice não podem entrar no prédio da reitoria, mas que a equipe de transição pode.

Em 5 de setembro, um dia após Recktenvald tomar posse como reitor em cerimônia em Brasília, a universidade informou em nota que foi protocolado um pedido de

reintegração de posse do prédio da reitoria.

Lista tríplice

Recktenvald assume o lugar de Jaime Giolo, que ocupava o cargo de reitor eleito da UFFS desde 2015, quando ocorreu o primeiro processo de consulta prévia à comunidade universitária e a votação do Consuni. Antes disso, desde 2009, o próprio Giolo estava à frente do cargo como reitor pro tempore, ou seja, que foi designado temporariamente pelo Ministério da Educação (MEC).

O processo de escolha de composição da lista tríplice para reitoria da universidade - o segundo em sua história - teve o primeiro turno realizado em 29 de abril deste ano. O processo de consulta prévia contou com quatro chapas inscritas e participação de mais de 6 mil pessoas. Recktenvald teve 21,40% do total de votantes, ficando em terceiro lugar.

O reitor nomeado por Bolsonaro não chegou a participar do segundo turno do processo, realizado em 28 de maio. Participaram as duas chapas mais votadas. O resultado foi Anderson André Genro Alves Ribeiro em primeiro lugar, com 54,1%; e Antônio Inácio Andrioli, com 45,9%.

Segundo a UFFS, não há hierarquia na lista tríplice, ou seja, qualquer um dos três indicados pelo Conselho Universitário pode ser nomeado. Conforme a legislação vigente, “o reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal”. O reitor recém-empossado da UFFS foi nomeado por meio do Decreto de 29 de agosto de 2019.

A UFFS atualmente tem campi em seis cidades, entre os três estados do Sul. Em Santa Catarina está o maior deles, em Chapecó. No Rio Grande do Sul, são três campi, em Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo. Há dois também no Paraná, em Laranjeiras do Sul e Realeza.

Veja mais notícias do estado no G1 SC

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Diário Oficial da União publica MP que cria carteirinha estudantil digital gratuita De acordo com o que foi publicado no DOU, a nova medida visa enxugar essa fonte de gastos.

As carteirinhas estudantis sempre foram produzidas por entidades como Ubes e UNE, que costumam cobrar pelo serviço. De acordo com o que foi publicado no DOU, a nova medida visa enxugar essa fonte de gastos.

O presidente Jair Bolsonaro assinou a MP (medida provisória), em 6 de setembro de 2019, que cria a carteirinha estudantil digital. Batizado de "ID Estudantil", o documento valerá para todos os alunos de Ensino Fundamental, Médio e Superior.

A carteirinha digital poderá ser acessada via aplicativo, que deverá ser baixado pelas

stores "Google Play" e "Apple Store". O documento será utilizado via tela do celular, sem que haja necessidade de impressão. Em todo o caso, uma parceria com a Caixa Econômica Federal ainda permitirá a emissão da versão física.

O documento fornece os mesmos direitos da carteirinha tradicional, ou seja, o estudante continuará pagando meia-entrada em cinemas, shows, teatros e eventos culturais diversos. De toda forma, a MP só passará a valer após 90 dias de publicação no DOU.

De acordo com Secretaria do MEC, o prazo de 90 dias após publicação da MP deverá valer, a princípio, apenas para o Ensino Superior. As outras modalidades (Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Técnico) deverão esperar por até seis meses, devido à alta demanda. O projeto já estava em discussão desde a transição para o governo Bolsonaro, que sempre incentivou a centralização dos documentos, já que se mostra contra os movimentos estudantis envolvidos na emissão da carteirinha.

O que mudará na prática?

O documento físico passará a ser fornecido pela Caixa Econômica Federal;

A emissão da versão digital será gratuita e se dará por meio de lojas de aplicativos, no celular;

A MP visa interromper a emissão do documento físico por ser contra entidades estudantis, como Ubes e UNE;

A emissão deverá ter início em 90 dias para o Ensino Superior e até seis meses para outros níveis de ensino;

Os estudantes que emitirem a carteirinha digitalizada serão obrigados a fornecer dados para o banco do MEC;

O documento permite que os estudantes continuem pagando meia-entrada em shows, teatro, cinema e outros eventos culturais.

Cadastro para emissão de ID Estudantil ajudará na criação de banco de dados pelo MEC

O Ministério da Educação (MEC), por meio de material divulgado à imprensa, adiantou que os estudantes que realizarem o cadastro para emissão da carteirinha digital serão obrigados a ceder dados pessoais para criação de banco de dados e de um cadastro unificado que será usado no "ciclo das políticas públicas estudantis".

De acordo com o MEC, os dados ajudarão a formar uma base unificada, que reunirá diversas informações sobre o aluno, como frequência em sala de aula e histórico escolar, por exemplo. O Ministério da Educação planeja se utilizar de tais dados, tanto de forma individualizada quanto de modo agrupado, para criar políticas estudantis e acompanhar o desempenho dos alunos.

Acompanhe todas as notícias do ID Estudantil pelo DOU

O Diário Oficial-e fornece acesso gratuito ao DOU, de forma que é possível acompanhar todas as notícias e novidades sobre a MP da carteirinha digital. Além disso, pelo portal se pode realizar publicações no Diário Oficial da União, dos Estados e dos Municípios. Navegue pelo site para obter todas as informações.

Website: <https://diariooficial-e.com.br/>

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

A luta de editores da Wikipédia para evitar Ctrl+Z no verbete de Weintraub

No dia 1º de julho, um editor da Wikipédia relatou no fórum de discussão sobre o verbete do ministro da Educação, Abraham Weintraub, ter recebido em seu email pessoal uma mensagem da assessoria de imprensa do ministério solicitando a exclusão do artigo.

No comunicado, a assessoria de imprensa do MEC dizia que a biografia de Weintraub na Wikipédia continha "informações não confirmadas", o que contribuiria para "interpretações dúbias". A equipe do MEC também se queixava de não conseguir editar o conteúdo da página, hoje protegida para edição por "vandalismo excessivo".

"Caberia alguma resposta formal da comunidade quanto à solicitação do MEC?", questionou o editor, que se identifica como Chronus.

"Pra mim só existe uma, devolvida por vc mesmo, já que quem recebeu o e-mail foi vc: poderia informar de que "informações não confirmadas" que poderiam levar a "interpretações dúbias" [o MEC] fala? Só a partir daí se pode ter alguma ideia do que se trata", respondeu o editor MachoCarioca.

"Responda que ninguém na Wikipédia tem o poder pessoal de simplesmente eliminar um artigo unilateralmente", opinou o editor Leefeni de Karik. "Que a Wikipédia não inventa informações, apenas reproduz fontes exteriores", completou.

A página sobre Weintraub na enciclopédia foi criada no dia 8 de abril, mesma data em que ele foi anunciado ministro, por um usuário identificado como Neistron. Desde então, o verbete vem passando por uma verdadeira guerra de versões.

A disputa fez com que a edição da página fosse colocada sob proteção uma série de vezes pelos editores da Wikipédia. Hoje, por exemplo, o verbete não pode ser alterado por usuários anônimos. Contas que existam há menos de quatro dias e que não tenham realizado ao menos dez edições também não têm autorização para editar artigos sob esse tipo de proteção.

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante -suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da **Capes**, entre outras combinações possíveis- decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação -recebido por militares que passam por cursos de qualificação- e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.

Segundo o cálculo oficial, as novas regras para a inatividade proporcionarão economia de R\$ 97 bilhões ao longo de uma década. Já a melhora das carreiras custará quase R\$ 87 bilhões no mesmo período.

Em 2020, porém, não se nota um saldo positivo: calcula-se um déficit de R\$ 43,5 bilhões na Previdência dos militares, apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo do projetado para este ano.

Entre os ministérios, o da Defesa é o que mais gasta com pessoal ativo e inativo -em 2019, estão autorizados desembolsos de R\$ 81,1 bilhões.

Os valores de 2020 ainda não estão claros, porque grande parte deles depende de autorização especial do Congresso -em razão do atual descumprimento da regra constitucional que impede fazer dívida para pagar compromissos cotidianos da administração.

Entretanto o gasto adicional com as carreiras das Forças Armadas consta de um anexo sobre encargos com contratações e reajustes salariais.

Trata-se de um caso raro, no primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro, de elevação de uma despesa por iniciativa do Executivo federal.

Grandes rubricas, como a Previdência e os programas assistenciais, recebem mais verbas por imposições legais.

Os benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no exemplo mais importante, saltam de R\$ 631 bilhões para R\$ 683 bilhões, mesmo sem alta do salário mínimo acima da inflação.

Como há um teto para o gasto total inscrito em 2016 na Constituição, o governo é forçado a comprimir as atividades e programas não obrigatórios -feito que tende a se tornar mais visível a cada ano.

As vítimas mais costumeiras são as obras públicas e outros investimentos, em queda desde o início do segundo mandato da petista Dilma Rousseff.

Em 2020, eles contarão com R\$ 19,5 bilhões, equivalentes a 0,26% do Produto Interno Bruto. Para manter o nível observado até 2014, próximo a 1% do PIB, seriam necessários R\$ 75 bilhões.

A queda do investimento afeta, em especial, o Dnit, responsável pelas rodovias federais. Os comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica também contabilizam redução expressiva de recursos.

A arrocho chega também ao custeio, categoria que engloba atividades tão diferentes quanto a manutenção da máquina administrativa -iluminação, limpeza, segurança- e

bolsas de estudo.

Um dos cortes mais rumorosos se dá na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, cujas verbas de execução não obrigatória caem de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no próximo ano.

Como no caso do contingenciamento imposto às universidades, a repercussão é amplificada pelas tensões entre o bolsonarismo e os setores de educação e ciência.

(Gustavo Patu - FolhaPress)

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

CAS mantém recursos do Fundo Social para pesquisa nas mãos do CNPq

Dois anos depois de aprovar o projeto que destina 20% do rendimento anual do Fundo Social do Pré-Sal para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) voltou ao tema, nesta quarta-feira (18), para rejeitar duas emendas de Plenário que pulverizariam os recursos previstos originalmente para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De autoria do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), as duas emendas pretendiam dirigir parte dos rendimentos do fundo social para projetos de pesquisa aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do governo federal, e não apenas aos selecionados pelo CNPq. Ela seria, por exemplo, destinada à Fundação **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

“O CNPq é a agência cujo objetivo fim é fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Não seria razoável pulverizar os recursos em questão para todas as agências de fomento. Além de reduzir a capacidade de aporte financeiro a projetos relevantes, seria criada uma complexidade administrativa e uma rivalidade para se determinar o percentual destinado a cada agência, com públicos e focos distintos”, justificou a senadora Leila Barros (PSB-DF) no parecer que apresentou à CAS.

Ela lembrou que todos os pesquisadores têm como pleitear bolsas de pesquisa, de produtividade e de pós-graduação nesse órgão. “O CNPq financia também a aquisição de equipamentos de pesquisa, livros e outros materiais necessários para a realização de pesquisas científicas e tecnológicas”.

Divisão de recursos

O PLS 181/2016 foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e determina que, do montante a ser aplicado no setor de ciência e tecnologia, 50% devem ser direcionados a projetos aprovados pelo CNPq e a outra metade, ao financiamento de infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Lasier explica, em sua justificativa, que um dos principais benefícios de sua proposta será garantir recursos para ciência e tecnologia, sobretudo quando o setor perdeu sua principal fonte de financiamento, após a Lei 12.734, de 2012, ter determinado a migração indiscriminada dos recursos do Fundo Setorial para as áreas de petróleo e gás

natural e para o Fundo Social do Pré-Sal.

“Atualmente, 50% do montante dos recursos do Fundo Social são alocados para as áreas de educação e saúde. Ocorre que, pela Lei 12.351, de 2010, os recursos do Fundo Social também devem ser destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Entretanto, ainda não há previsão legal sobre o percentual a ser destinado a essas áreas”, salientou Lasier na justificativa do projeto.

Depois de passar pelo crivo da CAS, as duas emendas de Plenário ao PLS 181/2016 serão examinadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que já havia aprovado a proposta original.

Na Câmara um projeto semelhante está em tramitação (PL 5.876/2016). O texto, que aguarda votação na CCJ daquela Casa, prevê, contudo, um aporte de 25% do Fundo Social para ciência e tecnologia. O Fundo Social do Pré-Sal é um fundo soberano que foi criado em 2010 (Lei 12.351, de 2010) com a finalidade de receber a parcela de recursos do pré-sal que cabem ao governo federal.

topo ↕

BLOG DO REINALDO AZEVEDO - TEMPO REAL

Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante —suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da **Capes**, entre outras combinações possíveis— decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação —recebido por militares que passam por cursos de qualificação— e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.(...)

Na Folha.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

A farra fardada continua - falta dinheiro para tudo, menos para os militares Ricardo Kotscho escreve sobre privilégios dos militares no Orçamento do governo Bolsonaro e conclui: "Em breve, estaremos todos batendo continência no Brasil verde-oliva"

Preservadas suas mordomias na reforma da Previdência, assim como os marajás do Judiciário e do Congresso, os militares agora vão receber novos agrados do governo, como faz Maduro na Venezuela para garantir o poder.

Para que eles dariam um novo golpe militar, se já estão no poder com um capitão laranja, aposentado do Exército aos 33 anos, que se cercou de generais?

“Em meio a cortes, Orçamento destina R\$4,7 bi de vantagens para militares”, informa a Folha desta quarta-feira na página A17, em reportagem de Gustavo Patu.

Inventaram agora um novo penduricalho chamado “adicional de disponibilidade”.

Vem a ser um gatilho salarial para “dedicação exclusiva e prontidão permanente dos profissionais”.

Ué, eu achava que já era assim pela própria natureza do ofício. Ou os militares antes podiam se dedicar a outras atividades em horário de trabalho?

Médicos, bombeiros e repórteres também estão sempre em “prontidão permanente” e, ao que me consta, não ganham nada a mais por isso.

Além disso, eles vão ganhar também um “adicional de habilitação” quando passam por algum curso de qualificação. Que beleza... Vão todos virar PhD...

Tem sentido ganhar a mais para estudar? E o que eles fazem o resto do tempo além de cuidar dos próprios quartéis?

Pelos cálculos oficiais, não muito confiáveis, a nova previdência própria dos militares vai economizar R\$ 97 bilhões nos próximos 10 anos.

Em compensação, a melhora das carreiras, com esses adicionais e outros privilégios vai custar aos cofres públicos mais R\$ 87 bilhões no mesmo período,

Mas, no próximo ano, o saldo já vai ficar negativo, com um deficit de R\$ 43,5 bilhões na previdência dos militares.

Enquanto isso, o facão da reforma da Previdência para os trabalhadores civis, que está para ser aprovado no Senado, vai cortar mais de R\$ 800 bilhões em benefícios. É justo isso?

Como não há nenhuma guerra à vista (a última foi contra o Paraguai, nos tempos do Duque de Caxias) é lícito perguntar se estes gastos bilionários ainda se justificam.

Será que algum parlamentar vai ter coragem de levantar este tema na discussão sobre o Orçamento para 2020?

Para se ter uma ideia do que significam estas novas vantagens na carreira militar, o valor seria “suficiente para recompor, com sobras, as verbas em obras para estradas e bolsas da **Capes**, entre outras combinações possíveis”, informa a reportagem da Folha.

Bolsas no ensino superior, por exemplo, serão cortadas pela metade no ano que vem: de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 1,4 bilhão.

A rubrica “investimentos” sofrerá o maior corte: de R\$ 35,8 bilhões para R\$ 19,5 bilhões, menos da metade do deficit previdenciário dos militares previsto para 2020.

Com pessoal ativo e inativo, o Ministério da Defesa é o que mais gasta no governo: R\$ 81,1 bilhões por ano.

É o único caso de elevação da despesa por iniciativa do governo, o que mostra bem quais são as prioridades para o ex-capitão Jair Bolsonaro: atender aos interesses dos seus colegas de farda.

Afinal, nos seus 30 anos de deputado do baixo clero, ele só fez isso como líder sindical dos militares.

Pode faltar dinheiro para tudo, mas o deles está sempre garantido.

E tudo isso é tratado com a maior naturalidade pelo Congresso, sem nenhuma contestação da sociedade civil.

Em breve, estaremos todos batendo continência no Brasil verde-oliva.

Vida que segue.

topo 

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante -suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da **Capex**, entre outras combinações possíveis- decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação -recebido por militares que passam por cursos de qualificação- e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.

Segundo o cálculo oficial, as novas regras para a inatividade proporcionarão economia de R\$ 97 bilhões ao longo de uma década. Já a melhora das carreiras custará quase R\$ 87 bilhões no mesmo período.

Em 2020, porém, não se nota um saldo positivo: calcula-se um déficit de R\$ 43,5

bilhões na Previdência dos militares, apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo do projetado para este ano.

Entre os ministérios, o da Defesa é o que mais gasta com pessoal ativo e inativo -em 2019, estão autorizados desembolsos de R\$ 81,1 bilhões.

Os valores de 2020 ainda não estão claros, porque grande parte deles depende de autorização especial do Congresso -em razão do atual descumprimento da regra constitucional que impede fazer dívida para pagar compromissos cotidianos da administração.

Entretanto o gasto adicional com as carreiras das Forças Armadas consta de um anexo sobre encargos com contratações e reajustes salariais.

Trata-se de um caso raro, no primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro, de elevação de uma despesa por iniciativa do Executivo federal.

Grandes rubricas, como a Previdência e os programas assistenciais, recebem mais verbas por imposições legais.

Os benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no exemplo mais importante, saltam de R\$ 631 bilhões para R\$ 683 bilhões, mesmo sem alta do salário mínimo acima da inflação.

Como há um teto para o gasto total inscrito em 2016 na Constituição, o governo é forçado a comprimir as atividades e programas não obrigatórios -efeito que tende a se tornar mais visível a cada ano.

As vítimas mais costumeiras são as obras públicas e outros investimentos, em queda desde o início do segundo mandato da petista Dilma Rousseff.

Em 2020, eles contarão com R\$ 19,5 bilhões, equivalentes a 0,26% do Produto Interno Bruto. Para manter o nível observado até 2014, próximo a 1% do PIB, seriam necessários R\$ 75 bilhões.

A queda do investimento afeta, em especial, o Dnit, responsável pelas rodovias federais. Os comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica também contabilizam redução expressiva de recursos.

A arrocho chega também ao custeio, categoria que engloba atividades tão diferentes quanto a manutenção da máquina administrativa -iluminação, limpeza, segurança- e bolsas de estudo.

Um dos cortes mais rumorosos se dá na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, cujas verbas de execução não obrigatória caem de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no próximo ano.

Como no caso do contingenciamento imposto às universidades, a repercussão é amplificada pelas tensões entre o bolsonarismo e os setores de educação e ciência.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Cortes podem prejudicar pesquisas em saúde

Participantes da campanha “Ciência, pra que ciência?”, lançada pela SBPC, relatam o quanto os cortes podem impactar nas pesquisas e no desenvolvimento econômico e social do País. Participe também!

Participantes da campanha “Ciência, pra que ciência?” relatam que os severos cortes que estão desmantelando o sistema nacional de C&T brasileiro podem prejudicar suas pesquisas que buscam melhorar a saúde no Brasil. Lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a campanha tem como objetivo chamar a atenção para o impacto que as pesquisas têm no desenvolvimento econômico e social do Brasil e como os cortes severos impostos pelo governo às duas principais agências de fomento do País – **Capes** e **CNPq** – impedem o desenvolvimento de estudos importantes para o Brasil, comprometem o futuro da ciência e dos cientistas e trazem prejuízos para toda a população.

Entre os participantes está Luciana Rossoni, coordenadora do Laboratório de Fisiologia Vascular do Instituto de Ciências Biomédicas da USP. Ela e seus colegas se dedicam a compreender a fisiopatologia da hipertensão arterial – principal doença crônica da população brasileira – e a insuficiência cardíaca – com alta mortalidade na população. “A falta de recursos públicos seguramente vai impactar a população e o próprio SUS, uma vez que quando nós pesquisamos essas doenças, estamos tentando melhorar o prognóstico de vida do paciente e melhorar a qualidade das medicações”, diz em seu depoimento para a Campanha #CiênciaPraQueCiência.

Outro que está preocupado com a situação é Norberto Cairas, professor titular do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da USP-Ribeirão Preto, que pesquisa em seu laboratório epilepsia e quadros associados neuropsiquiátricos. “É muito importante fazer pesquisas para poder diagnosticar as pessoas com esses quadros e entender como tratá-las. A perda do auxílio para pesquisa nessa área, simplesmente compromete o diagnóstico e o tratamento desses pacientes. A epilepsia pode matar pessoas, pode comprometer a qualidade de vida das pessoas”, diz.

Patrícia Brum, da Escola de Educação Física da USP, também reforça o coro de que os cortes vão prejudicar a população brasileira. Ela explica que pesquisa, lá dentro das nossas células, como o exercício físico pode ajudar a diminuir a incidência de câncer e ajudar no tratamento das doenças do coração. “Se tivermos nossas verbas para pesquisa cortadas, isso vai afetar demais o conhecimento, a ciência que está por trás de todos esses benefícios do exercício”, diz.

Ralph Santos Oliveira, do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, Rio de Janeiro (UEZO), resume, em seu vídeo, a catástrofe que desponta no horizonte de um país que deixa de colocar a ciência e conhecimento como um dos pilares do desenvolvimento: “um país sem bolsa, um país sem pesquisa, é um país fadado ao fracasso absoluto em todos os níveis”, afirma.

Jornal da Ciência

topo ↕

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

CAS mantém recursos do Fundo Social para pesquisa nas mãos do CNPq

Dois anos depois de aprovar o projeto que destina 20% do rendimento anual do Fundo Social do Pré-Sal para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) voltou ao tema, nesta quarta-feira (18), para rejeitar duas emendas de Plenário que pulverizariam os recursos previstos originalmente para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De autoria do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), as duas emendas pretendiam dirigir parte dos rendimentos do fundo social para projetos de pesquisa aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do governo federal, e não apenas aos selecionados pelo CNPq. Ela seria, por exemplo, destinada à Fundação **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

“O CNPq é a agência cujo objetivo fim é fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Não seria razoável pulverizar os recursos em questão para todas as agências de fomento. Além de reduzir a capacidade de aporte financeiro a projetos relevantes, seria criada uma complexidade administrativa e uma rivalidade para se determinar o percentual destinado a cada agência, com públicos e focos distintos”, justificou a senadora Leila Barros (PSB-DF) no parecer que apresentou à CAS.

Ela lembrou que todos os pesquisadores têm como pleitear bolsas de pesquisa, de produtividade e de pós-graduação nesse órgão. “O CNPq financia também a aquisição de equipamentos de pesquisa, livros e outros materiais necessários para a realização de pesquisas científicas e tecnológicas”.

Divisão de recursos

O PLS 181/2016 foi elaborado pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS) e determina que, do montante a ser aplicado no setor de ciência e tecnologia, 50% devem ser direcionados a projetos aprovados pelo CNPq e a outra metade, ao financiamento de infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Lasier explica, em sua justificativa, que um dos principais benefícios de sua proposta será garantir recursos para ciência e tecnologia, sobretudo quando o setor perdeu sua principal fonte de financiamento, após a Lei 12.734, de 2012, ter determinado a migração indiscriminada dos recursos do Fundo Setorial para as áreas de petróleo e gás natural e para o Fundo Social do Pré-Sal.

“Atualmente, 50% do montante dos recursos do Fundo Social são alocados para as áreas de educação e saúde. Ocorre que, pela Lei 12.351, de 2010, os recursos do Fundo Social também devem ser destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Entretanto, ainda não há previsão legal sobre o percentual a ser destinado a essas áreas”, salientou Lasier na justificativa do projeto.

Leia Também: Bolsonaro reafirma que indicará ao STF ministro “terrivelmente evangélico”

Depois de passar pelo crivo da CAS, as duas emendas de Plenário ao PLS 181/2016 serão examinadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que já havia aprovado a proposta original.

Na Câmara um projeto semelhante está em tramitação (PL 5.876/2016). O texto, que aguarda votação na CCJ daquela Casa, prevê, contudo, um aporte de 25% do Fundo Social para ciência e tecnologia. O Fundo Social do Pré-Sal é um fundo soberano que foi criado em 2010 (Lei 12.351, de 2010) com a finalidade de receber a parcela de recursos do pré-sal que cabem ao governo federal.

topo ↕

REVISTA GALILEU - TEMPO REAL

Especialistas avaliam impacto do descongelamento de 3 mil bolsas pelo MEC Embora a medida seja considerada um avanço, falta de investimento para a melhoria dos cursos da pós-graduação é encarada com preocupação pelos pesquisadores

Na última quarta-feira (11 de setembro), o Ministério da Educação (MEC) anunciou a liberação de 3.182 bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. A declaração veio após o congelamento de quase 12 mil benefícios que ocorreram desde o início de 2019.

O comunicado foi recebido com alívio pelos cientistas, que, desde o início do ano, vem sofrendo com o contingenciamento de gastos na área. Para Fernanda Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a atitude do governo é resultado de diversos fatores, mas, principalmente, dos protestos realizados pela comunidade científica e da população civil.

Alvos de críticas e cortes, universidades lutam para mostrar sua importância “Aconteceram várias audiências públicas onde as instituições científicas foram ouvidas. Fizemos campanhas com o intuito de explicar a importância da ciência. Não posso dizer com certeza absoluta, mas acredito que tudo isso fez com que o MEC disponibilizasse essas 3 mil bolsas”, afirma Sobral em entrevista à GALILEU.

A SBPC também escreveu uma carta, publicada no início de agosto, na qual afirma que os cortes terão “consequências catastróficas para toda a estrutura de pesquisa no país, para os setores empresariais que apostam em inovação, para a qualidade de vida da população e para o protagonismo internacional do país”. O documento foi assinado por mais de 100 organizações científicas brasileiras, inclusive a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

“É essencial pontuar que nós, as instituições, não temos políticas partidárias. Indivíduos têm. Nós não”, explica a Helena Nader, renomada biomédica brasileira e vice-presidente da ABC, em conversa com a GALILEU. Para ela, o diálogo entre os cientistas e o governo é essencial em qualquer regime democrático.

“Temos dialogado bastante com os Ministérios da Ciência e da Tecnologia e da Educação, e também com a **Capes**”, relata a pesquisadora. “Contudo, devo ser honesta: por mais que tentemos, infelizmente, essa conversa não existe com o Ministério da Economia.”

Para Nader, o fato é contraditório, principalmente se levando em consideração que o século 21 foi titulado “o século da economia do conhecimento”. “Como o Ministério da Economia pode virar as costas para a educação e para a ciência? Temos buscado esse

diálogo, mas, ainda não sei por que, ele ainda não aconteceu”, diz a especialista.

Exclusão dos (já) excluídos

Embora tanto Nader quanto Sobral relatem a sensação de alívio oriunda do descongelamento dessas quase 3,2 mil bolsas, ambas dizem estar preocupadas com os critérios anunciados pelo governo Bolsonaro sobre o direcionamento dessa verba.

Isso porque, segundo as autoridades, o montante será direcionado aos bolsistas de programas de pós-graduação de “excelência”, ou seja, que sejam avaliados com notas 5, 6 e 7 pela **Capes**. O problema é que, segundo as pesquisadoras, menos de 30% dos cursos de mestrado e doutorado se enquadram nessas categorias.

“Se um curso foi avaliado com notas 3 ou 4, isso significa que ele pode funcionar e que tem competência científica e tecnológica para existir”, explicam. Logo, deixar esses programas de lado é também impossibilitar seu crescimento e isolá-los ainda mais daqueles mais bem avaliados.

“No geral, os melhores pesquisadores estão em programas de notas mais altas. No entanto, temos que olhar o Brasil como diverso e muito grande, com diversas etapas de maturação da educação e da ciência. Para criarmos soberania nacional na área, é preciso investir em todas as áreas”, afirma Nader. “O que o Brasil precisa é uma pós-graduação que ponha como motor toda a nação brasileira”.

Sem novidades

Sobral fez questão de ressaltar que a insatisfação da SBPC em relação aos investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia não é novidade. Para ela, um dos principais problemas atuais é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que constituiu um teto orçamentário em 2016,

De acordo com ela, os cortes das bolsas de mestrado e doutorado estão ligadas com a questão. “Temos nos posicionado contra esses cortes porque isso representa um atraso para a pesquisa científica, a qual sabemos que ela é feita sobretudo na pós-graduação”, explica Sobral.

Já Nader fez questão de lembrar de um decreto assinado por Bolsonaro ainda em 2018, quando era candidato. À época, o atual presidente se comprometeu a destinar 3% do PIB nacional na educação, na ciência e na tecnologia.

Para ela, a contradição é simples: “Ciência, tecnologia e educação não existem sem a pós-graduação”, pontua. “E eu acredito que o atual presidente não estava brincando quando assinou aquele documento em 2018.”

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Associação de pesquisadores planeja greve geral contra cortes na educação

Pesquisadores planejam realizar uma marcha em Brasília e uma greve geral no dia 2 de outubro contra cortes de bolsas de pós-graduação e no orçamento das entidades de fomento à pesquisa. O movimento é convocado pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) contra o que chamou de “destruição do patrimônio educacional e científico brasileiro”.

"A ANPG, em conjunto com trabalhadores da ciência e tecnologia, convoca os pós-graduandos, pesquisadores, professores e demais setores da sociedade civil a se somarem à Greve Geral da Pós-Graduação e da Ciência e Tecnologia e à Marcha à Brasília, no próximo dia 02 de outubro", diz o comunicado no site da entidade.

Em 2020, a situação será dramática. Cursos vão ficar ameaçados, diz professor. No início deste mês, o Ministério da Educação anunciou o corte de metade do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, responsável por manter a maior parte das bolsas de mestrado e doutorado no País. Para 2020, foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a instituição frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano.

Logo em seguida, a **Capes** anunciou o corte de 5.613 bolsas de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado no país a partir deste mês, visando uma economia de R\$37,8 milhões para 2019 ao governo. Ao todo foram cortados 11.811 benefícios este ano.

Semana passada o MEC decidiu retomar parte das bolsas (3.182) com as melhores notas.

Bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também sofrem ameaças de corte, pois a entidade não tem dinheiro para terminar o ano, segundo anunciou o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

Em julho, o CNPq suspendeu a divulgação de edital para concessão de novas bolsas de pesquisa por falta de recursos. Já no início de agosto, a entidade revelou que já havia usado 88% de toda a verba de 2019 destinada ao pagamento de bolsas.

"Não é possível pensar no desenvolvimento do país sem investimento em nosso povo. Não aceitaremos o desmonte nacional! Acreditamos no Brasil e em suas potencialidades, por isso, paralisaremos as nossas atividades no dia 02 de outubro", diz a ANPG.

Entre as exigências da entidade estão: a revogação dos cortes, o repasse de verba para o CNPq, o descontingenciamento do orçamento das universidades federais e outras instituições, recomposição do orçamento do MEC, entre outras.

[topo](#)

ZERO HORA - RS - TEMPO REAL

Em meio a cortes, projeto de orçamento do governo destina R\$ 4,7 bilhões de vantagens para militares

Montante decorre de benefícios instituídos pela reforma da Previdência da categoria

Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar. O montante decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna. Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação — recebido por militares que passam

por cursos de qualificação — e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de quatro para oito vezes o valor do soldo.

Segundo o cálculo oficial, as novas regras para a inatividade proporcionarão economia de R\$ 97 bilhões ao longo de uma década. Já a melhora das carreiras custará quase R\$ 87 bilhões no mesmo período.

Em 2020, porém, não se nota um saldo positivo: calcula-se um déficit de R\$ 43,5 bilhões na Previdência dos militares, apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo do projetado para este ano. Entre os ministérios, o da Defesa é o que mais gasta com pessoal ativo e inativo — em 2019, estão autorizados desembolsos de R\$ 81,1 bilhões.

Os valores de 2020 ainda não estão claros, porque grande parte deles depende de autorização especial do Congresso — em razão do atual descumprimento da regra constitucional que impede fazer dívida para pagar compromissos cotidianos da administração.

Entretanto o gasto adicional com as carreiras das Forças Armadas consta de um anexo sobre encargos com contratações e reajustes salariais. Trata-se de um caso raro, no primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro, de elevação de uma despesa por iniciativa do Executivo federal.

Grandes rubricas, como a Previdência e os programas assistenciais, recebem mais verbas por imposições legais. Os benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no exemplo mais importante, saltam de R\$ 631 bilhões para R\$ 683 bilhões, mesmo sem alta do salário mínimo acima da inflação.

Como há um teto para o gasto total inscrito em 2016 na Constituição, o governo é forçado a comprimir as atividades e programas não obrigatórios — efeito que tende a se tornar mais visível a cada ano.

As vítimas mais costumeiras são as obras públicas e outros investimentos, em queda desde o início do segundo mandato da petista Dilma Rousseff. Em 2020, eles contarão com R\$ 19,5 bilhões, equivalentes a 0,26% do Produto Interno Bruto (PIB). Para manter o nível observado até 2014, próximo a 1% do PIB, seriam necessários R\$ 75 bilhões.

A queda do investimento afeta, em especial, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), responsável pelas rodovias federais. Os comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica também contabilizam redução expressiva de recursos.

O arrocho chega também ao custeio, categoria que engloba atividades tão diferentes quanto a manutenção da máquina administrativa — iluminação, limpeza, segurança — e bolsas de estudo.

Um dos cortes mais rumorosos se dá na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, cujas verbas de execução não obrigatória caem de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no próximo ano. Como no caso do contingenciamento

imposto às universidades, a repercussão é amplificada pelas tensões entre o bolsonarismo e os setores de educação e ciência.

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

Matrículas na educação a distância devem superar cursos presenciais em 2023

A Educação a Distância (EaD) é uma grande aliada para melhorar o nível de escolaridade do brasileiro. Em quatro anos, graduações e tecnólogos da modalidade devem ter mais matrículas do que os presenciais. Pesquisa da Associação Brasileira dos Mantenedores de Ensino Superior (Abmes) mostra que a opção será a preferência de mais de 2,2 milhões de estudantes em 2023, chegando a 51% das inscrições. Hoje, são 36%.

Para especialistas, esse é um caminho para reverter os números divulgados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na última semana. Conforme o levantamento, apenas 21% das pessoas, de 25 a 34 anos, concluíram os estudos universitários – o menor índice da América Latina.

Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Luciano Sathler afirma ser preciso formar mais profissionais, sem deixar de lado a qualidade, e nas áreas que precisam de mão de obra. Nesse cenário, ele aponta a metodologia on-line, inclusive para quem não tem facilidade para se deslocar até uma faculdade.

Sem disponibilidade para assistir às aulas em uma universidade, Jonatan Felipe da Silva, de 21 anos, decidiu pela EaD. Matriculado em Gestão de Recursos Humanos, o auxiliar de estamperia também revela que o preço pesou na escolha. “Eu não teria como pagar o curso presencial”.

Além disso, ele conta com uma bolsa de estudos que reduz a mensalidade pela metade. Atualmente, investe 20% do salário na qualificação. “Essa é a chance de prestar o concurso público (para a Polícia Civil) e melhorar minha renda”.

Democratização

Segundo o diretor-executivo da Abmes, Sólon Caldas, a modalidade on-line é acessível a todas as classes sociais. “Ela é de extrema importância para a democratização da educação superior no país”.

Além de melhorar os índices educacionais, a EaD é uma possibilidade de ascensão, acrescenta o Cláudio Vieira de Lima, das Faculdades Kennedy e Promove.

“Trabalhadores estão retomando os estudos para ter melhores colocações no mercado de trabalho”.

“E com dedicação, prática e o auxílio ideal de tutores, os estudantes que se formam na educação a distância têm o mesmo padrão de qualidade e conhecimento que aqueles que frequentam as aulas no ambiente físico”, destaca Eliane Novato Silva, coordenadora do curso a distância de Ciências Biológicas da UFMG.

Plano Nacional de Educação

Em vigor desde 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) conta com 20 metas e cerca de 250 estratégias que devem ser cumpridas até 2024. O principal objetivo é universalizar o atendimento escolar em todos os níveis, modalidades e etapas educacionais.

Uma das diretrizes prevê 33% da população de 18 a 24 anos matriculada em graduações. Porém, até agora, conforme pesquisa da Associação Brasileira dos Mantenedores de Ensino Superior (Abmes), divulgada em julho, apenas 18% dos jovens estão nesse grau de instrução.

No atual ritmo, a meta será cumprida apenas em 2029, com o ingresso de mais de 3 milhões de estudantes. Diretor-presidente da Abmes, Celso Niskier afirma que políticas públicas são essenciais para atingir a meta. “É necessário uma reestruturação, com mecanismos efetivos de ampliação do acesso das pessoas ao ensino superior público e privado”.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Da Lava Jato para educação e ciência

Acordo homologado no STF destina R\$ 2,6 bilhões da operação também para Amazônia

BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes homologou, ontem, os termos do acordo entre a Procuradoria-Geral da República (PRG), governo federal, Senado e Câmara dos Deputados sobre a destinação de parte dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato. Segundo a decisão, R\$ 2,6 bilhões serão destinados a ações como nas áreas de educação, ciência e tecnologia e preservação da Amazônia.

Os recursos serão destinados da seguinte forma: R\$ 1 bilhão para o Ministério da Educação; R\$ 250 milhões para o Ministério da Cidadania; R\$ 250 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia; R\$ 100 milhões para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; e R\$ 1,06 bilhão para ações de preservação na Amazônia Legal. Segundo o despacho do ministro, os recursos para o MEC, Ministério da Cidadania, Ciência e Tecnologia e Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos estão sob uma mesma rubrica chamada “Educação”. O acordo homologado por Alexandre de Moraes é resultado de uma ação movida pela PGR contra um outro acordo, formulado pela força-tarefa da Lava Jato no Paraná, a Petrobras e autoridades norte-americanas.

Na proposta feita anteriormente, estava prevista a criação de um fundo privado para a gestão dos recursos. O acerto feito pela Lava Jato do Paraná foi alvo de questionamentos e foi suspenso por Alexandre de Moraes em março deste ano, o que criou ainda mais atritos entre os procuradores e a PGR. No início do mês, representantes do governo federal, da PGR, do Senado e da Câmara dos Deputados firmaram acordo prevendo a destinação de parte dos recursos recuperados a diferentes áreas da administração federal. Os recursos chegam em momento crítico das finanças do governo. Parte do orçamento de diversos ministérios está contingenciado. E a previsão é de que os cortes orçamentários sejam ainda mais profundos em 2020.

O despacho de Alexandre de Moraes faz um detalhamento sobre como deverão ser gastos os recursos destinados por ele a diferentes ministérios do governo. No caso do R\$ 1 bilhão enviados ao Ministério da Educação, o dinheiro deverá ser gasto apenas em ações voltadas à educação infantil. Já os R\$ 250 milhões repassados ao Ministério da Ciência e Tecnologia poderão ser gastos no pagamento de bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ações para

popularização da ciência e na construção da “fonte de luz síncrotron” que será usado no acelerador de partículas em construção em Campinas (SP). Dos R\$ 1,06 bilhão destinados a ações de preservação da Amazônia Legal, R\$ 630 milhões poderão ser gastos pela União na execução da Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que está atuando na região para combater os incêndios florestais.

O dinheiro também poderá ser usado em ações de regularização fundiária, um antigo pleito do ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles. Outros R\$ 430 milhões poderão ser gastos de forma descentralizada, o que abre a possibilidade de estados da região poderem ter acesso aos fundos. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic), Marcos Pontes, defendeu ontem que os R\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato separados para sua pasta sejam usados em ações previstas para 2020 em vez de para pagamentos de bolsas do CNPq. Para pagar bolsistas até o fim deste ano, Pontes afirma que pediu ao Ministério da Economia recursos novos.

A vinculação desses valores a fonte específica de custeio, conforme informado pela Advocacia-Geral da União, afasta qualquer possibilidade de configuração do risco de retorno desses valores à Petrobrás, bem como de efetiva utilização nas ações indicadas e fiscalização pelas instâncias de controle”, argumentou o ministro do STF Alexandre de Moraes em sua decisão

Se tiver de usar em emergência (o recurso do fundo da Lava Jato), vou usar. Mas é preciso lembrar que usando esses R\$ 250 milhões estou cortando orçamento de outros projetos importantes. Então, o ideal era que Ministério da Economia transferisse recursos novos. Isso que tenho batalhado com (o ministro da Economia) Paulo Guedes”, disse ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ESPLANADA **Pesquisa**

O remanejamento de recursos para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) não assegura o pagamento de bolsas de pesquisa até o final do ano. Isso porque o déficit para honrar o pagamento das bolsas de setembro a dezembro, antes do remanejamento — de R\$ 82 milhões —, era de cerca de R\$ 330 milhões.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL **A DEUS DARÁ**

A elaboração do Future-se, bandeira de Abraham Weintraub (MEC), não passou pelo crivo do Ministério da Economia. Em resposta a requerimento do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), ao menos 14 integrantes da pasta comandada por Paulo Guedes informaram que não se envolveram nas discussões sobre o programa, que prevê a criação de um fundo para abastecer as universidades.

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

STF homologa acordo que destina R\$ 2,6 bi para Educação, Ciência e Amazônia **Recursos são parte do que foi recuperado pela Lava Jato e vão atender ainda ministérios de Direitos Humanos e Cidadania**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu, na terça-feira (17), que R\$ 2,6 bilhões da quantia total recuperada pela operação Lava Jato deverão ser canalizados para ações nas áreas de educação, preservação da Amazônia e

ciência e tecnologia, entre outras. A decisão surgiu com a homologação do acordo firmado entre governo federal, Senado, Câmara e Procuradoria-Geral da República (PGR) para definir o destino dos recursos.

Segundo o STF, o valor deverá obedecer ao seguinte fatiamento: R\$ 1,06 bilhão para preservação da Amazônia Legal; R\$ 1 bilhão para o Ministério da Educação (MEC); R\$ 250 milhões para o Ministério da Cidadania; R\$ 250 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC); e R\$ 100 milhões para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A decisão, tomada no meio da tarde, gerou questionamentos sobre a alocação da verba em Ciência e Tecnologia, setor hoje imerso numa crise relacionada ao financiamento das bolsas de pesquisa no país. Questionado pela imprensa a respeito da possível canalização dos R\$ 250 milhões para o custeio das ações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até o final do ano, o ministro Marcos Pontes disse que tem essa como “uma das grandes preocupações”.

Ele destacou que o orçamento previsto para 2019 não cobre todos os gastos do CNPq, que precisa de R\$ 330 milhões para fechar o ano. O ministro afirmou que fez um remanejamento para injetar R\$ 82 milhões na instituição e assegurar o orçamento do mês de setembro, cuja verba está garantida apenas até o dia 5 de outubro.

“Isso é tudo que eu tenho em termos de recursos, mas ainda depende do Ministério da Economia pra me dar o limite pra eu poder pagar. São detalhes de administração pública. Agora, falta o restante do ano, que poderia ser completado com esses R\$ 250 milhões. Ótimo, porém, esses recursos eram, originalmente, pra projetos como o Sirius, pra conectar o Nordeste e o Norte com fibra ótica e outros projetos que são também importantes para o país”, afirmou.

Pontes disse ainda que o governo tenta negociar um incremento orçamentário para a área por meio de um projeto no Congresso, mas ainda não há decisão legislativa a esse respeito. “Prefiro que entre um recurso novo como crédito-limite para o CNPq e que sejam preservados os R\$ 250 milhões pra a utilização nos demais projetos. Se tiver que usar em emergência, eu vou usar, mas o ideal é que nos transferissem recursos novos. É isso que estou batalhando com o Paulo Guedes”, disse à imprensa.

Futuro

A notícia sobre a decisão do STF foi comemorada pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), mas a entidade afirma que o eventual repasse do dinheiro para as agências de pesquisa não soluciona de forma integral o problema.

“A gente não pode dar isso como a batalha final porque o orçamento que está sendo discutido pro CNPq pro ano que vem coloca o mesmo desafio. Ele já vai com déficit e existe um corte de 87% dos recursos de investimento do CNPq, então, ele praticamente, segundo a proposta de LOA, vai pagar só bolsas, e a função da agência é muito maior que isso”, pontua Flávia Calé, presidenta da entidade.

Ela explica que a instituição assume também outros gastos, como o financiamento da infraestrutura de projetos de pesquisa por meio do custeio de equipamentos, materiais de laboratórios e outros insumos. Diante do atual quadro orçamentário, a presidenta

aponta que diferentes projetos podem sofrer um revés.

“A gente corre o sério risco de cair na mesma situação em que está este ano, que é essa batalha sem trégua pra conseguir fechar o orçamento ou então você vai ter um corte drástico que vai prejudicar muito a ciência. É o tipo de um problema que você não consegue nem mensurar as consequências”, alerta.

A crise de recursos que afeta o CNPq repercute também em outras agências de pesquisa. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, por exemplo, anunciou, no início deste mês, o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado previstas para o último quadrimestre do ano por falta de verbas.

Edição: João Paulo Soares

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

O CNPq não merece sequer que se cogite a sua extinção

“O CNPq é uma instituição que se qualificou para o trabalho que faz e não merece sequer que se cogite a sua extinção”, afirma a professora Lea Velho, que trabalhou no órgão por 13 anos, de 1978 a 1991, até vir para o Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, onde se aposentou e permanece como colaboradora. “O CNPq dá respostas rápidas, desde o início criando programas temáticos para enfrentar problemas nacionais, como por exemplo, o programa integrado de doenças endêmicas (PID) e o programa de genética, ainda nos anos 70. E a agência tem uma simbiose com a comunidade científica que foi construída ao longo de muitos anos – acabar com isso é realmente destruir a nossa chance de ter sucesso globalmente”, pondera.

Lea Velho é a primeira de três especialistas convidados a fazer um resgate histórico da importância do CNPq para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e uma análise da grave crise que atinge o órgão devido ao teto de gastos imposto pelo governo – e que já trouxe a incerteza quanto à continuidade do pagamento de bolsas e auxílios à pesquisa, juntamente com rumores de fusão com a **Capes**, o que na prática significaria seu fim. “O CNPq já passou por altos e baixos do ponto de vista dos recursos, mas nunca ameaçou deixar de pagar as bolsas, nunca.”

Agrônoma de formação, a docente mudou-se para Brasília em 1977 acompanhando o marido que foi abrir uma estação experimental do extinto Planalsucar no Cerrado, no âmbito do Proálcool. Passou em concurso na UnB, que vivia fase difícil durante o regime militar; no ano seguinte, soube que o CNPq estava se transferindo do Rio de Janeiro para Brasília e oferecia vaga na Superintendência de Desenvolvimento Científico, que era a unidade responsável pela alocação de recursos de bolsas e auxílios à pesquisa nas várias áreas do conhecimento. “Enviei meu currículo (ainda não havia concurso formal) e fui aprovada como analista na área de ciências agrárias. Era a única apenas com mestrado, ao lado de colegas de áreas como de medicina, física e matemática, todos eles doutores.”

Lea Velho lembra que o CNPq era uma instituição ainda pequena – até porque em 78 a comunidade científica era pequena – e funcionava de maneira muito diferente de hoje. “O técnico de área conhecia pelo nome os pesquisadores, que trabalhavam apenas em projetos individuais. Não havia edital ou temas prioritários, a escolha de determinada

linha de estudo se devia mais a uma decisão do pesquisador. O fluxo de pedidos de financiamento era contínuo, sendo julgados por um comitê assessor que se reunia mensalmente.”

É fato, atesta a professora da Unicamp, que o CNPq sempre se mostrou uma instituição hiperdinâmica, que foi adaptando os seus mecanismos de apoio e a estrutura administrativa para atender não apenas a uma comunidade científica crescente, mas também para se enquadrar nos paradigmas de entendimento de como a ciência é produzida. “Se eu cheguei quando prevaleciam os projetos individuais, com o tempo foi mudando a nossa compreensão de produção do conhecimento, da iniciativa isolada para a interface entre as instituições e o setor produtivo, através de grupos de pesquisa. A maneira de alocação de recursos também foi mudando e praticamente não se fala mais em projeto de pesquisa que não seja em resposta a um edital.”

O CNPq também passou a dar uma autonomia bem maior para as próprias universidades – o que na opinião de Lea Velho representou uma mudança substantiva – distribuindo cotas de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado. “Antes, os candidatos se submetiam a todos os trâmites internos do órgão. Com as cotas de bolsas, deixou-se para as instituições a decisão de repassá-las para seus programas. O CNPq começou, ainda, a lançar editais por áreas de conhecimento e por temas, incentivando pesquisas em grupo e em colaboração com o setor produtivo.”

A docente do IG observa que o CNPq sempre teve várias instâncias deliberativas e seu próprio vínculo institucional variou no tempo, tendo sido um órgão ligado diretamente à Presidência da República, depois ao Ministério do Planejamento e voltando a ser independente sob a Presidência. “Com a criação do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), em 1990, o CNPq perdeu muito do status de cérebro do Sistema de C&T, quando pensava as grandes políticas e realizava estudos de demanda para a área, como os PBDCTs [Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico]. Pensava as políticas através de seus vários conselhos: o conselho máximo (que passaria ao MCT), os conselhos dos comitês assessores e os próprios comitês assessores – o órgão sempre consultou bastante a comunidade acadêmica na tomada de decisão.”

Segundo Lea Velho, o CNPq foi crescendo em uma dinâmica muito própria e nunca abriu mão, por exemplo, de qualificar os servidores internos, por meio da carreira de ciência e tecnologia, estimulando-os para o mestrado e doutorado. “Motivados e qualificados, esses técnicos estabelecem um diálogo com os membros da comunidade científica, ganhando compreensão do processo de produção do conhecimento e do que significa o trabalho deles – é algo ímpar no cenário brasileiro. Quando os comitês se reúnem, os servidores já fizeram uma pré-análise dos projetos, ficam por perto, sabem sugerir; não decidem, mas são advisers [conselheiros].”

Corte de bolsas

A professora reitera que o CNPq nunca deixou de pagar bolsas, nem nos momentos mais difíceis, quando o nível dos salários ficou baixo a ponto de gerar insatisfação interna e escassearam os recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). “Todo presidente do CNPq conseguia negociar recursos e o Congresso Nacional entendia que, no caso da ciência e tecnologia, bolsa é salário, que permite ao estudante realmente fazer pesquisa. Não tenho dados precisos, mas posso afirmar, sem medo de errar, que os alunos de pós-graduação produzem em torno de 80%

da publicação científica no Brasil, em colaboração com seus orientadores. É por conta da massa crítica formada por bolsas do CNPq e da **Capes** que temos uma pesquisa de densidade.”

Lea Velho se pergunta para onde irão as pessoas que não conseguirem terminar o doutorado, ainda mais num momento em que não está havendo concursos para professores nas universidades. “Quando fiz concurso na Unicamp, fui candidata única. Tenho duas alunas de pós-doutorado e uma delas já prestou vários concursos, nenhum com menos de 50 concorrentes. Se essas pessoas não forem mantidas produzindo, dando aulas, formando alunos no âmbito universitário, provavelmente buscarão trabalho fora do país. Não que esteja fácil no exterior, mas temos gente muito qualificada, que custou recurso público para ser formada – e isso não pode ser perdido por um país que precisa produzir conhecimento.”

Lembrando que bolsas suspensas significam projetos paralisados no meio, a docente da Unicamp também dá pouco crédito à alegação de que os cortes são de bolsas que não estavam sendo utilizadas. “Um pós-doutor que consegue trabalho, desiste da bolsa, e é preciso um processo seletivo para colocar outra pessoa no lugar – isso leva tempo e nesse período a bolsa fica inativa, o que não significa que não há ninguém para ocupar a vaga. Aqui no DPCT, uma seleção de pós-doc tem aos menos 15 candidatos, numa área que nem é tão grande no Brasil. Mas outros países estão de olho, querendo gente formada de graça e pronta para trabalhar para eles.”

Fusão com a **Capes**

Sobre a possível fusão do CNPq com a **Capes**, Lea Velho observa que o fato de dois órgãos terem algumas atribuições que se sobrepõem, não significa que eles sejam iguais. “Isso já foi cogitado em outras ocasiões. José Goldemberg, ministro da Educação no governo Collor, tinha essa intenção ao propor o Ministério de Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, envolvendo as universidades e fundindo as duas agências. Ocorre que a **Capes** não possui o mesmo histórico do CNPq, de formação de seus técnicos que dialogam com a comunidade; seu corpo administrativo é muito bom, mas são gestores administrativos, sem formação nas áreas de conhecimento nas quais trabalham.”

Na opinião da pesquisadora, os cortes no CNPq trazem sérios riscos inclusive a uma agência forte como a Fapesp, considerada menina dos olhos da comunidade científica de São Paulo. “A Fapesp só consegue atuar tão bem porque as bolsas são garantidas pelo sistema federal; se a agência tiver que cobrir as bolsas de mestrado, doutorado e iniciação científica, seu orçamento iria inteiro para isso e nada faria em termos de financiamento da pesquisa em si. Enquanto o CNPq sempre foi mais aberto a bolsistas, a Fapesp procura muito mais o corpo docente das instituições públicas – e é para isso que foi criada. São duas agências de caráter diferente.”

Lea Velho considera que o debate na área está muito confuso e, em que pese a suspeita de uma política premeditada de desmonte, vê no governo mais uma falta de compreensão do que significa o sistema público de ensino e de pesquisa. “Nisso a comunidade tem um pouco de culpa, pois temos pessoas defendendo a universidade pública, a pós-graduação e o CNPq usando principalmente o argumento da produção científica. O presidente e aqueles homens que estão no governo nem sabem mensurar o que significa se a produção subiu xis por cento. Acho que existe uma incapacidade de relacionar em quê o Brasil se sai bem e o quê leva isso – que é gente capacitada.”

Mudar o discurso

A professora do IG defende que se mude o discurso, mostrando a contribuição da universidade para a produção agrícola, por exemplo, e para tantos outros segmentos da economia. “O agronegócio, que funciona bem e garante divisas ao país (e que o governo adora), só é o que é graças à pesquisa. Todas as grandes commodities (café, cana, açúcar, soja, gado, frango) têm um investimento público de pesquisa enorme, desde o começo do século passado, com o IAC, IBC, estações para melhoramento de cana e outras estruturas que foram sendo apagadas aqui e ali, para de repente as universidades tomarem esse lugar, juntamente com a criação da Embrapa.”

Seguindo com os exemplos, a pesquisadora conta que se atribui o grande sucesso da soja ao Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa, mas que embora esta relação seja verdadeira, a pesquisa não começou ali, devendo-se muito também às universidades públicas, até hoje. “As duas grandes variedades de soja plantadas no Brasil Central foram desenvolvidas pela Federal de Viçosa. O Brasil, aproximadamente até os anos 80, importava suas matrizes de frango, até que a pesquisa, principalmente em Viçosa e também na Esalq, Unesp e outras universidades permitiu produzi-las – e hoje temos essa indústria de frango que nos garante tantas divisas.”

Lea Velho diz ignorar quais seriam as intenções do governo com as medidas anunciadas contra a universidade pública e a pesquisa nestes nove meses. “Mas digo que é a primeira vez, desde que comecei a trabalhar no CNPq, que vejo um presidente da República ter tamanha desconsideração pela produção de conhecimento. Isso num mundo cada vez mais tecnológico, onde todos, inclusive empresários e banqueiros, estão falando da importância da sociedade do conhecimento. Nesse mundo globalizado, o que decide as relações de poder, a hegemonia, é o conhecimento. E nós estamos finalmente alcançando uma massa crítica, com nossa produção científica sendo reconhecida e cada vez mais prestigiada – foram décadas para construir tudo isso.”

topo 

CORREIO DO POVO - AL - NOTÍCIAS

Orçamento prevê R\$ 4,7 bi de vantagens para militares

Montante em 2020 será destinado a benefícios instituídos na reforma previdenciária da carreira

Em meio a diversos cortes, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões a benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas. Propõe-se, por exemplo, o adicional de disponibilidade. A justificativa, para defensores da medida, é garantir a prontidão permanente dos profissionais.

SÃO PAULO Em contraste com o aperto geral em serviços públicos, custeio e investimentos, o projeto de Orçamento federal de 2020 destina R\$ 4,7 bilhões à criação de vantagens para a carreira militar.

O montante —suficiente para recompor, com sobras, as verbas para obras em estradas e bolsas da **Capex**, entre outras combinações possíveis— decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Como contrapartida às exigências de maiores contribuição e tempo de serviço para as pensões, o governo Jair Bolsonaro (PSL) incluiu no texto, que tramita na Câmara dos Deputados, a alta imediata da remuneração da caserna.

Para tanto, propõem-se, por exemplo, o aumento do adicional de habilitação —recebido por militares que passam por cursos de qualificação— e a criação do chamado adicional de disponibilidade.

A justificativa, para defensores do projeto, é a dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais. Duplica-se, além disso, a ajuda de custo para os que vão para a reserva, de 4 para 8 vezes o valor do soldo.

Segundo o cálculo oficial, as novas regras para a inatividade proporcionarão economia de R\$ 97 bilhões ao longo de uma década. Já a melhora das carreiras custará quase R\$ 87 bilhões no mesmo período.

Em 2020, porém, não se nota um saldo positivo: calcula-se um déficit de R\$ 43,5 bilhões na Previdência dos militares, apenas R\$ 2,5 bilhões abaixo do projetado para este ano.

Entre os ministérios, o da Defesa é o que mais gasta com pessoal ativo e inativo —em 2019, estão autorizados desembolsos de R\$ 81,1 bilhões.

Os valores de 2020 ainda não estão claros, porque grande parte deles depende de autorização especial do Congresso —em razão do atual descumprimento da regra constitucional que impede fazer dívida para pagar compromissos cotidianos da administração.

Entretanto o gasto adicional com as carreiras das Forças Armadas consta de um anexo sobre encargos com contratações e reajustes salariais.

Trata-se de um caso raro, no primeiro projeto orçamentário de Bolsonaro, de elevação de uma despesa por iniciativa do Executivo federal.

Grandes rubricas, como a Previdência e os programas assistenciais, recebem mais verbas por imposições legais.

Os benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), no exemplo mais importante, saltam de R\$ 631 bilhões para R\$ 683 bilhões, mesmo sem alta do salário mínimo acima da inflação.

Como há um teto para o gasto total inscrito em 2016 na Constituição, o governo é forçado a comprimir as atividades e programas não obrigatórios —efeito que tende a se tornar mais visível a cada ano.

As vítimas mais costumeiras são as obras públicas e outros investimentos, em queda desde o início do segundo mandato da petista Dilma Rousseff.

Em 2020, eles contarão com R\$ 19,5 bilhões, equivalentes a 0,26% do Produto Interno Bruto. Para manter o nível observado até 2014, próximo a 1% do PIB, seriam necessários R\$ 75 bilhões.

A queda do investimento afeta, em especial, o Dnit, responsável pelas rodovias federais.

Os comandos de Exército, Marinha e Aeronáutica também contabilizam redução expressiva de recursos.

A arrocho chega também ao custeio, categoria que engloba atividades tão diferentes quanto a manutenção da máquina administrativa —iluminação, limpeza, segurança— e bolsas de estudo.

Um dos cortes mais rumorosos se dá na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, cujas verbas de execução não obrigatória caem de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 2,1 bilhões no próximo ano.

Como no caso do contingenciamento imposto às universidades, a repercussão é amplificada pelas tensões entre o bolsonarismo e os setores de educação e ciência.

topo ↕

DIGORESTE - TEMPO REAL

Pesquisa da UFMT encontra microrganismo que substitui agrotóxico e ajuda desenvolvimento do pimentão

Produto tradicional no Estado, o pimentão pode ter um melhor desenvolvimento com a substituição do agrotóxico por um microrganismo natural retirado de outra planta, também muito conhecida na região: o guaranazeiro. É o que aponta a pesquisa realizada pelo professor Marcos Antônio Soares, docente do Instituto de Biociências (IB) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e responsável pelo Laboratório de Biotecnologia e Ecologia Microbiana (Labem) em parceria com Maria Isabela da Silva Figueiredo, bolsista de Iniciação Científica e estudante do curso de Ciências Biológicas, e da professora Rhavena Graziela Liotti, docente do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), no Câmpus de Cáceres e doutora pelo Programa de Pós Graduação em Biotecnologia e Biodiversidade do IB.

O trabalho, que foi realizado na casa de vegetação do Instituto, pesquisou 11 espécies de actinobactérias, microrganismos naturais que foram isolados da *Paullinia cupana*, popularmente conhecido como guaranazeiro, em ação contra cinco fitopatógenos, organismos que causam doenças em plantas e detectou que um deles, o *Streptomyces griseocarneus* R132, inibiu o crescimento e controlou acentuadamente o desenvolvimento das doenças em frutos e plantas de pimentão, além de promover o crescimento da mesma.

“Investigamos esses microrganismos e vimos se eles tinham aplicações em outras áreas, ou seja, se poderiam se associar a outras plantas. Neste caso, vimos que esse microrganismo que se associa ao pimentão impede que patógenos ataquem a planta, ou seja, você não precisa usar agrotóxicos. É uma relação mutualística simbiótica, os dois ganham quando estão juntos, eles vivem melhor juntos que separados”, explica o docente.

“A bactéria específica do guaranazeiro ajuda o pimentão a lutar contra um patógeno, impedindo o uso de defensivo agrícola e descartando o uso de fertilizantes, porque o microrganismo faz com que a planta cresça mais rápido sem a utilização de fertilizante. Vale ressaltar que um problema do uso indiscriminado do fertilizante causa a eutrofização de água”, acrescenta o pesquisador.

Pertencente à família Solanaceae, o pimentão (*Capsicum annuum*) é uma das principais culturas do mundo, devido aos altos níveis de fitoquímicos, substâncias antioxidantes que, além de conferir cor aos alimentos, protegem de doenças, bem como a

concentração de vitaminas A, C e B.

“O pimentão nos interessou por ser uma planta fácil de cultivar. Entre três e quatro meses a planta já chega a idade adulta e podemos trabalhar. Além disso, ela é utilizada em Mato Grosso na agricultura familiar, sobretudo por pessoas que produzem alimentos orgânicos. Com a pesquisa, queríamos propor uma forma de substituir o agrotóxico e promover o crescimento da planta para que ela cresça mais e mais rápido”, destaca o professor Marcos Antônio Soares.

Segundo o docente, o próximo passo é realizar o trabalho em campo. No entanto, a bactéria já está isolada e pronta para utilização. “A UFMT tem como transferir a tecnologia para empresas interessadas e elas podem fazer o teste em outras plantas. Nós já realizamos algumas experiências e temos visto que ela funciona também com o milho e outras plantas modelo de interesse agrônomo”, pontua.

“É nossa obrigação procurar alternativas para reduzir o uso do agrotóxico. Você tem que buscar formas para a médio prazo minimizar ao máximo seu uso. Estamos propondo formas alternativas de não utilizá-lo”, finaliza.

O trabalho, intitulado “*Streptomyces griseocarneus* R132 controls phytopathogens and promotes growth of pepper (*Capsicum annuum*)”, foi publicado no volume 138 do periódico *Biological Control*, avaliado com Qualis A1, contou com o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), além de ser resultado de uma parte da pesquisa realizada no doutorado de Rhavena Graziela Liotti e de projeto do Labem, já finalizado, que buscou a aplicação de microrganismos nas áreas de pecuária, agrícola e farmacêutica.

topo ↕

FATOS E NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Especialistas avaliam impacto do descongelamento de três mil bolsas pelo MEC Embora a medida seja considerada um avanço, falta de investimento para a melhoria dos cursos da pós-graduação é encarada com preocupação pelos pesquisadores

Na quarta-feira da semana passada (11), o Ministério da Educação (MEC) anunciou a liberação de 3.182 bolsas de mestrado e doutorado concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A declaração veio após o congelamento de quase 12 mil benefícios que ocorreram desde o início de 2019.

O comunicado foi recebido com alívio pelos cientistas, que, desde o início do ano, vêm sofrendo com o contingenciamento de gastos na área. Para Fernanda Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a atitude do governo é resultado de diversos fatores, mas, principalmente, dos protestos realizados pela comunidade científica e da população civil.

“Aconteceram várias audiências públicas onde as instituições científicas foram ouvidas. Fizemos campanhas com o intuito de explicar a importância da ciência. Não posso dizer com certeza absoluta, mas acredito que tudo isso fez com que o MEC disponibilizasse essas três mil bolsas”, afirma Sobral em entrevista à Galileu.

A SBPC também escreveu uma carta, publicada no início de agosto, na qual afirma que os cortes terão “consequências catastróficas para toda a estrutura de pesquisa no País, para os setores empresariais que apostam em inovação, para a qualidade de vida da

população e para o protagonismo internacional do País”. O documento foi assinado por mais de 100 organizações científicas brasileiras, inclusive a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

“É essencial pontuar que nós, as instituições, não temos políticas partidárias. Indivíduos têm. Nós não”, explica a Helena Nader, renomada biomédica brasileira e vice-presidente da ABC, em conversa com a Galileu. Para ela, o diálogo entre os cientistas e o governo é essencial em qualquer regime democrático.

“Temos dialogado bastante com os Ministérios da Ciência e da Tecnologia e da Educação, e também com a **Capes**”, relata a pesquisadora. “Contudo, devo ser honesta: por mais que tentemos, infelizmente, essa conversa não existe com o Ministério da Economia”.

Para Nader, o fato é contraditório, principalmente se levando em consideração que o século 21 foi titulado “o século da economia do conhecimento”. “Como o Ministério da Economia pode virar as costas para a educação e para a ciência? Temos buscado esse diálogo, mas, ainda não sei por que, ele ainda não aconteceu”, diz a especialista.

Embora tanto Nader quanto Sobral relatem a sensação de alívio oriunda do descongelamento dessas quase 3,2 mil bolsas, ambas dizem estar preocupadas com os critérios anunciados pelo governo Bolsonaro sobre o direcionamento dessa verba.

Isso porque, segundo as autoridades, o montante será direcionado aos bolsistas de programas de pós-graduação de “excelência”, ou seja, que sejam avaliados com notas 5, 6 e 7 pela **Capes**. O problema é que, segundo as pesquisadoras, menos de 30% dos cursos de mestrado e doutorado se enquadram nessas categorias.

“Se um curso foi avaliado com notas 3 ou 4, isso significa que ele pode funcionar e que tem competência científica e tecnológica para existir”, explicam. Logo, deixar esses programas de lado é também impossibilitar seu crescimento e isolá-los ainda mais daqueles mais bem-avaliados.

“No geral, os melhores pesquisadores estão em programas de notas mais altas. No entanto, temos que olhar o Brasil como diverso e muito grande, com diversas etapas de maturação da educação e da ciência. Para criarmos soberania nacional na área, é preciso investir em todas as áreas”, afirma Nader. “O que o Brasil precisa é uma pós-graduação que ponha como motor toda a nação brasileira”.

Sem novidades

Sobral fez questão de ressaltar que a insatisfação da SBPC em relação aos investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia não é novidade. Para ela, um dos principais problemas atuais é a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que constituiu um teto orçamentário em 2016.

De acordo com ela, os cortes das bolsas de mestrado e doutorado estão ligados com a questão. “Temos nos posicionado contra esses cortes porque isso representa um atraso para a pesquisa científica, a qual sabemos que é feita, sobretudo, na pós-graduação”, explica Sobral.

Já Nader fez questão de lembrar de um decreto assinado por Bolsonaro ainda em 2018,

quando era candidato. À época, o atual presidente se comprometeu a destinar 3% do PIB nacional na educação, na ciência e na tecnologia.

Para ela, a contradição é simples: “Ciência, tecnologia e educação não existem sem a pós-graduação”, pontua. “E eu acredito que o atual presidente não estava brincando quando assinou aquele documento em 2018”.

Fonte: Galileu.com

topo ↕

FOLHA1 - TEMPO REAL

Resultado final: Raúl Palacio é eleito o novo reitor da Uenf.

Raúl Palacio é eleito o 9º Reitor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Uenf. Palacio assumirá o lugar de Luís Passoni, para o próximo quadriênio na instituição.

A vitória foi confirmada pela Assessoria de Comunicação da Uenf - Ascom, em primeira mão à Folha, às 00h45 desta quarta-feira (18). Raúl recebeu 51,25% dos votos válidos contra 48,04% recebidos por seu opositor no segundo turno, Carlão Rezende. Entre os votantes, compareceram 245 professores, 429 técnicos e 1319 alunos. Foram apurados 10 votos brancos e 24 votos nulos.

Candidato pela chapa 10, tendo como vice Rosana Rodrigues, Raul Ernesto López Palacio conseguiu manter os votos conquistados no primeiro turno. A neutralidade declarada de Enrique Medina-Acosta, terceiro colocado no primeiro turno — recebeu os mesmos 28,52% dos votos de Carlão, mas ficou de fora da disputa pelos critérios de desempate — parece ter dividido as migrações, mostrado pelo resultado apertado. Na votação, os professores representam 70% de peso no colégio eleitoral da universidade, seguindo as regras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que estabelece também o peso de 15% para o corpo discente e 15% para o corpo técnico administrativo.

Nascido em Cuba, Raúl é professor associado da UENF desde 2003, ocupou o cargo de chefe de Gabinete da atual Reitoria até junho deste ano. Doutor em Engenharia Mecânica pela Unicamp, ele atua no Centro de Ciência e Tecnologia (CCT). Possui Graduação em Química pela Universidad de La Habana e mestrado em Engenharia Mecânica, também pela Unicamp. Rosana Rodrigues é professora associada da UENF desde 1999 e ocupou o cargo de pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UENF da atual gestão até junho deste ano. Engenheira agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rosana é mestre em Fitotecnia também pela UFRRJ e doutora em Produção Vegetal.

— Na realidade, parabenizar a toda comunidade da Uenf, o pleito agora está resolvido. Com 52% a gente ganhou a eleição. A gente teve muitos votos especificamente de técnicos e de estudantes. Agradecer a participação ativa deles nesse processo eleitoral, deixando bem claro que os técnicos e os estudantes decidem sim a eleição da universidade, à parte da disparidade que temos em relação a representatividade. No total de votos conseguimos levar praticamente dois terços de todos os votos. Mas na representação dos professores conseguimos 25 votos a menos e isso foi o que equilibrou a eleição e ganhamos com uma diferença de apenas 4 pontos (percentuais). O importante agora é a gente se unir, se juntar para levar a Uenf para frente e para a gente

fazer uma universidade cada vez mais ligada com a sociedade, aqui em Campos e região e em todo estado. Então vamos juntos para levar a universidade para o patamar que ela realmente merece. Agradeço a toda comunidade pelo voto e pela confiança, tanto em mim quanto na professora Rosana, e bola para frente — Declarou Raúl, após saber o resultado da eleição.

Carlão

Com 48,04% dos votos, aproximadamente quatro pontos percentuais abaixo de Raul, Carlão, como é conhecido no campus, foi vitorioso entre os professores. Ele recebeu 135 votos dos docentes contra 108 para Raul. De carreira acadêmica extensa e professor atuante na Uenf, já ocupou os cargos de Vice Reitor e Pró-Reitor de Graduação da UENF. É pesquisador de Produtividade Científica desde 1993. Carlão é reconhecido na universidade por seus serviços prestados.

Sérgio Arruda, presidente da comissão eleitoral, disse que a apuração ocorreu em normalidade, sendo acompanhada por representantes das duas chapas.

— Foi um resultado bem apertado, a começar pelo inédito segundo turno. Os três candidatos são grandes expressões da Uenf. Certamente foi muito difícil para o eleitor escolher um. O percentual de brancos e nulos foi inexpressivo — Comenta Arruda.

A Uenf

Considerada como estratégica para o futuro de Campos e região, a Uenf ostenta o terceiro lugar no ranking da Folha de S.Paulo – RUF 2018 em relação à qualidade da pesquisa, em publicação de docentes. Entre as instituições de ensino com menos de 30 anos, a universidade estadual ocupa a mesma posição no ranking geral, dentre todas avaliadas no país. Em qualidade de ensino, figura em primeiro lugar quando relacionado por professores com doutorado e mestrado.

Apesar da excelência em pesquisa, o próximo reitor deverá enfrentar problemas graves. A universidade vem de uma grave crise financeira, reflexo da condição de quase falência do estado do Rio nos últimos anos. Servidores estão sem reajuste há mais de 5 anos. A Emenda Constitucional 71 – aprovada em 2017, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) – para garantir autonomia financeira e o repasse do orçamento às universidades em 12 parcelas mensais, os chamados duodécimos — deverá ser um tema constante ao futuro reitor. Na esfera federal, cortes no financiamento à pesquisa.

Na **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** o orçamento para 2020 cai de 4,25 bilhões destinados no ano passado para 2,2 bilhões.

A gestão do hospital veterinário, a incorporação do colégio agrícola à Uenf, uso da Casa de Cultura Villa Maria e ampliação dos pólos de ensino na região foram temas tratados nos planos de gestão dos candidatos, mostrando-se essenciais para a próxima gestão e dependerá de orçamento e liberdade de execução.

A relação com a sociedade

A eleição na Uenf recebeu extensa cobertura do Grupo Folha da Manhã, com entrevistas — escritas e na rádio FolhaFM — realizadas com todos os candidatos, nos dois turnos (confira os links ao final da matéria).

Neste segundo turno, os ânimos se acirraram, com manifestações de defensores e acusadores das chapas em rede social — e por reações às entrevistas na Folha. Ambas

as candidaturas sofreram ataques, inclusive por veículo de comunicação acusado constantemente de baixa qualidade jornalística e sensacionalismo.

A Folha publicou artigos que falavam sobre a universidade, sobre as eleições para a reitoria e o papel da universidade pública em Campos e no Brasil. Foi franqueado o espaço às declarações de Luciane Silva, da Aduenf, Brand Arenari, secretário de Educação de Campos, Jefferson Manhães, reitor do IFF, José Carlos Mendonça, professor da Uenf, Roberto Dutra, também docente da instituição, Arthur Soffiati, professor aposentado da UFF, Gilberto Gomes, presidente do DCE da Uenf e Roberto Cezar, diretor da UFF Campos.

Com a exposição, a Uenf virou tema de conversas virtuais e físicas. No campus, foi possível perceber o receio de possíveis danos de imagem sofridos. A reflexão sobre o papel da Uenf na sociedade de Campos e região foi trazida nas entrevistas e está presente nos planos de gestão apresentados pelos candidatos.

topo ↕

GC NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Pesquisa desenvolvida na UFMT encontra microrganismo que substitui agrotóxico O microrganismo também auxilia no desenvolvimento do pimentão

Produto tradicional no Estado, o pimentão pode ter um melhor desenvolvimento com a substituição do agrotóxico por um microrganismo natural retirado de outra planta, também muito conhecida na região: o guaranazeiro.

É o que aponta a pesquisa realizada pelo professor Marcos Antônio Soares, docente do Instituto de Biociências (IB) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e responsável pelo Laboratório de Biotecnologia e Ecologia Microbiana (Labem) em parceria com Maria Isabela da Silva Figueiredo, bolsista de Iniciação Científica e estudante do curso de Ciências Biológicas, e da professora Rhavena Graziela Liotti, docente do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), no Câmpus de Cáceres e doutora pelo Programa de Pós Graduação em Biotecnologia e Biodiversidade do IB.

O trabalho, que foi realizado na casa de vegetação do Instituto, pesquisou 11 espécies de actinobactérias, microrganismos naturais que foram isolados da Paullinia cupana, popularmente conhecido como guaranazeiro, em ação contra cinco fitopatógenos, organismos que causam doenças em plantas e detectou que um deles, o Streptomyces griseocarneus R132, inibiu o crescimento e controlou acentuadamente o desenvolvimento das doenças em frutos e plantas de pimentão, além de promover o crescimento da mesma.

“Investigamos esses microrganismos e vimos se eles tinham aplicações em outras áreas, ou seja, se poderiam se associar a outras plantas. Neste caso, vimos que esse microrganismo que se associa ao pimentão impede que patógenos ataquem a planta, ou seja, você não precisa usar agrotóxicos. É uma relação mutualística simbiótica, os dois ganham quando estão juntos, eles vivem melhor juntos que separados”, explica o docente.

“A bactéria específica do guaranazeiro ajuda o pimentão a lutar contra um patógeno, impedindo o uso de defensivo agrícola e descartando o uso de fertilizantes, porque o microrganismo faz com que a planta cresça mais rápido sem a utilização de fertilizante. Vale ressaltar que um problema do uso indiscriminado do fertilizante causa a eutrofização de água”, acrescenta o pesquisador.

Pertencente à família Solanaceae, o pimentão (*Capsicum annuum*) é uma das principais culturas do mundo, devido aos altos níveis de fitoquímicos, substâncias antioxidantes que, além de conferir cor aos alimentos, protegem de doenças, bem como a concentração de vitaminas A, C e B.

“O pimentão nos interessou por ser uma planta fácil de cultivar. Entre três e quatro meses a planta já chega a idade adulta e podemos trabalhar. Além disso, ela é utilizada em Mato Grosso na agricultura familiar, sobretudo por pessoas que produzem alimentos orgânicos. Com a pesquisa, queríamos propor uma forma de substituir o agrotóxico e promover o crescimento da planta para que ela cresça mais e mais rápido”, destaca o professor Marcos Antônio Soares.

Segundo o docente, o próximo passo é realizar o trabalho em campo. No entanto, a bactéria já está isolada e pronta para utilização. “A UFMT tem como transferir a tecnologia para empresas interessadas e elas podem fazer o teste em outras plantas. Nós já realizamos algumas experiências e temos visto que ela funciona também com o milho e outras plantas modelo de interesse agrônomo”, pontua. “É nossa obrigação procurar alternativas para reduzir o uso do agrotóxico. Você tem que buscar formas para a médio prazo minimizar ao máximo seu uso. Estamos propondo formas alternativas de não utilizá-lo”, finaliza.

O trabalho, intitulado “*Streptomyces griseocarneus* R132 controls phytopathogens and promotes growth of pepper (*Capsicum annuum*)”, foi publicado no volume 138 do periódico *Biological Control*, avaliado com Qualis A1, contou com o apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), além de ser resultado de uma parte da pesquisa realizada no doutorado de Rhavena Graziela Liotti e de projeto do Labem, já finalizado, que buscou a aplicação de microrganismos nas áreas de pecuária, agrícola e farmacêutica.

topo 

JORNAL DO CAMPUS - TEMPO REAL

Com últimos cortes, ciência brasileira corre risco de amputação total

Cortes de bolsas de pesquisas impossibilitam avanço de estudos. Créditos: Cecília Bastos/ USP Imagens

As notícias recentes foram trágicas: em 15 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou a suspensão de 4.500 bolsas de graduação e pós; menos de 20 dias depois, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**) atingiu a marca de 11 mil cortes, após anúncio de bloqueio de mais 5.600 financiamentos, suspendendo também renovação e substituição.

Desde o começo do ano, o CNPq alerta que o orçamento seria insuficiente para pagar 84 mil bolsas vigentes. O dinheiro acaba neste mês. O Conselho precisa de 310 milhões de reais.

A **Capes** tratou os cortes como congelamento. Oficialmente, a medida representará economia de 37,8 milhões. O critério do bloqueio? Manter bolsas ativas e bloquear as que seriam concedidas.

De acordo com o Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade, Carlos Gilberto

Carlotti, 6.063 pesquisadores da USP recebem financiamento da **Capes**, entre mestrandos e doutorandos; outros 5.649, do CNPQ (professores, alunos de graduação e pós). A Universidade calcula que entre 4 a 8% dos bolsistas serão afetados pelos cortes.

Considerando este cenário, o Jornal do Campus buscou pesquisadores da USP para relatarem suas experiências e o impacto do corte de bolsas em suas carreiras acadêmicas. Apesar das múltiplas vivências e ramos de pesquisa, os cinco entrevistados têm em comum a angústia de um futuro incerto para trabalhos de anos. Seus nomes reais foram preservados.

topo ↕

OLHAR DIRETO - TEMPO REAL

A importância da ciência para o desenvolvimento do país

Conforme dados do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS), cerca de 10 países são responsáveis por cerca 80% dos investimentos em pesquisa e inovação no mundo. Os EUA lideram o ranking com um investimento de 476 bilhões de dólares em volumes absolutos, que somam investimentos privados e públicos, seguido pela China (371 bilhões), Japão (170 bilhões), Alemanha (110 bilhões), Coreia do Sul (73 bilhões), França (61 bilhões), Índia (48 bilhões), Reino Unido (44 bilhões), Brasil (42 bilhões) e Rússia (40 bilhões). Com certeza, com os crescentes cortes que vem ocorrendo no orçamento da pesquisa e inovação no Brasil, o número aqui retratado já não é mais real.

Quando se analisa a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), os números mudam um pouco, a Coreia do Sul é a que mais investe aplicando 4.3% do PIB, seguido por Israel 4.2%, Japão 3.4%, Finlândia 3.2%, Suíça 3.2%, Áustria 3.1%, Suécia 3.1%, Dinamarca 2.9%, Alemanha 2.9% e Estados Unidos 2.7%. Em todos esses países além do investimento estatal, existe uma forte participação também de empresas privadas no financiamento de pesquisa e inovação. Em todos esses locais, também existe um número expressivo de pesquisadores.

Em Israel, existem pouco mais de 8 mil pesquisadores para cada milhão de habitantes. Em países como Singapura e Coreia do Sul, esse número fica perto dos 7 mil pesquisadores por milhão de habitantes. Já no Brasil, em uma cidade com um milhão de habitantes teremos cerca de 1 mil pesquisadores, isso sem considerar o fato que existe uma concentração maior de centros de pesquisa nas regiões sudeste e sul do país.

De 1996 até 2013 os investimentos em pesquisa aumentaram consideravelmente na América do Norte e centro da Europa Ocidental saltando de 357 bilhões para 845 bilhões dólares. Na Ásia Oriental e Pacífico o salto foi ainda mais significativo saindo de 130 bilhões para 643 bilhões. As estimativas futuras apontam que em breve os investimentos nesta região irá superar o montante da América do Norte e Centro da Europa Ocidental. Essa luta está diretamente ligada aos entraves comerciais entre os países asiáticos, em especial a China com os Estados Unidos. Muitos países têm estabelecido esforços para aumentar o investimento público e privado em pesquisa e inovação, criando metas e políticas para fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico.

Alguns estudos no Brasil demonstram a importância do investimento em pesquisa e inovação. Um levantamento identificou que os investimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), aplicados em bolsas, projetos e infraestrutura nas áreas de agricultura produziram um retorno de R\$ 27 para cada R\$ 1

investido. É inegável que os avanços econômicos existentes no Brasil nas últimas décadas, só foi possível graças a pesquisas realizadas em universidades e institutos nacionais, mesmo com investimentos algumas vezes ínfimos.

Os investimentos públicos em pesquisa e inovação passam pelo Conselho nacional de Pesquisa (CNPq) e pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, ambos os orçamentos minguaram nos últimos anos. Em valores corrigidos, o CNPq possuiu seu ápice de investimento em 2010 e de lá para cá teve seu orçamento dilacerado. Não possuindo hoje nem 25% do poder de investimento que possuía em 2010. A mesma coisa aconteceu com a **CAPES**, que de 2015 a 2017, perdeu dois bilhões de reais de orçamento, passando de R\$ 7 bi para R\$ 5 bi. Mas tudo que está ruim pode piorar, e a previsão orçamentária do Ministério da Educação (MEC) mostra uma redução de metade do orçamento da **Capes** para o próximo ano. Caindo de 4,25 bilhões em 2019 para 2,2 bilhões 2020.

Somente em 2019 o sistema de pós-graduação do Brasil perdeu 11.811 bolsas de mestrado e doutorado. A redução orçamentária proposta pelo governo aponta para um cenário ainda mais crítico no ano de 2020. O Brasil está na linha contrária a dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Enquanto o mundo todo aumenta o investimento em ciência e tecnologia, aqui no Brasil, parece que o governo quer que voltemos a idade da pedra lascada. Sem pesquisa e inovação não existe desenvolvimento. Ou mudamos a rota ou pagaremos o preço por décadas.

Caiubi Kuhn é Docente do Instituto de Engenharia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Doutorando em Geociências e Meio Ambiente, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Coordenadora da Pós-graduação da UFPB diz que gestão Bolsonaro bate-cabeça sobre normas para bolsas

A Paraíba foi o sétimo estado do Brasil que teve o maior número de bolsas canceladas no anúncio feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) do Ministério da Educação no início do mês. Foram canceladas 572 bolsas em instituições de ensino no Estado. Ao analisar a decisão da última segunda-feira (16), do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de liberar apenas 10% das bolsas de pós-graduação que estavam bloqueadas, a coordenadora geral da Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Márcia Fonseca, disse a uma emissora de rádio da capital que a situação é ainda pior do que se desenha.

“55 foram desbloqueadas, o que não representa nem 10% do total. A nossa situação está bem complicada. A **Capes** tem priorizado curso com notas mais alta, mas aproximadamente 40% dos nossos cursos têm notas entre 3 e 4”, comentou Marcia ao destacar que está existindo uma desorganização e uma falta de um norte por parte do Governo Federal, com relação ao ensino superior neste país.

“A situação é pontual. Um dia a gente recebe uma norma, noutro dia é outra. Estamos tentando sobreviver numa corda bamba”, afirmou Márcia.

De acordo com o levantamento divulgado pela **Capes**, com as bolsas cortadas na

Paraíba, somente neste terceiro corte de 2019, vai economizar por R\$ 1.022.000 no restante do ano. Na lista, além de ser o sétimo estado em número de bolsas perdidas, a Paraíba foi o estado do Nordeste que mais perdeu bolsas de incentivo à pesquisa científica no último congelamento anunciado no início de setembro de 2019.

topo ↕

TRIBUNA POPULAR - TEMPO REAL

Unesc oferece o primeiro Mestrado em Direito no interior de Rondônia

Após a celebração de um convênio com o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Unesc lançou nesta segunda-feira (16) as inscrições para o Mestrado em Direito, com área de concentração em Direitos Humanos.

O edital de seleção para o curso, que é reconhecido pela **Capes** com conceito 4, estará aberto até o dia 13 de novembro. O início das aulas está previsto para o mês de março de 2020. O curso tem duração de 24 meses e divide-se em duas linhas de pesquisa: “Fundamentos e Concretização dos Direitos Humanos” e “Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento”.

Nos últimos anos, a Unesc tem se esforçado em buscar cursos de Mestrado e Doutorado que possibilitem à população da região o pleno desenvolvimento profissional e acadêmico. A instituição vem buscando oportunidades para melhorar ou suprir diversas áreas de qualificação carentes na região Norte. Para atingir este objetivo, a Unesc tem buscado parcerias institucionais em outras regiões do país, com o intuito de ofertar cursos de qualidade que possibilitem o atendimento da demanda por desenvolvimento profissional e acadêmico, um outro exemplo é o Mestrado em Administração, oferecido em parceria com a Unip – Universidade Paulista. A primeira aula deste curso aconteceu na última semana, na sede da Unesc, em Cacoal.

Processo Seletivo

As inscrições para a seleção do Mestrado em Direito poderão ser realizadas através do site da Unesc. Vale ressaltar que o processo seletivo para o Mestrado envolve quatro etapas, sendo Prova Escrita, Análise do Currículo Lattes, Análise do Projeto de Pesquisa e Entrevista.

Valores:

As inscrições para o Mestrado Interinstitucional em Direito serão efetivadas e pagas diretamente à Unijuí, no valor de R\$200,00. Já as mensalidades serão contratadas junto à Unesc e poderão ser pagas em 24 parcelas: Para pagamento todo dia 1º – R\$3247,56; Para pagamento todo dia 8 – R\$3418,48; Para pagamento todo dia 15 – R\$3560,92.

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Programa Future-se preocupa reitores quanto à autonomia das universidades Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realiza audiência pública interativa para debater o programa

Reitores de universidades federais criticaram nesta terça-feira (17) vários pontos do programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O programa permite às universidades públicas a captação de recursos privados por meio de contratos com organizações sociais (OSs) sem a necessidade de chamada pública. Entre as principais críticas feitas ao programa em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) estão a falta de clareza nas regras propostas e a ameaça à autonomia das

universidades.

— Há uma grande relativização, se não a agressão frontal, que ele representa à autonomia universitária, embora se apresente como algo que vai melhorar ou facilitar nossa autonomia — disse o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Oppermann, que informou a rejeição do conselho universitário da instituição ao programa.

O presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino, concorda. Para ele, na prática, as organizações sociais podem funcionar como cerceadoras da liberdade das universidades.

— A OS é uma ameaça real à autonomia. O contrato de gestão é o gatilho dessa ameaça — lamentou.

Programa

Segundo o portal do MEC na internet, o Future-se busca o fortalecimento da autonomia de gestão, financeira e administrativa das universidades e institutos federais (IFs). Essas ações serão desenvolvidas por meio de parcerias com as organizações sociais. O argumento do MEC é de que o programa pode promover a sustentabilidade financeira, estabelecendo limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos.

O Future-se permite que universidades e institutos aumentem as receitas com a captação de recursos. A adesão é voluntária, mas o governo afirma que quem aderir terá mais flexibilidade para realizar despesas. A proposta do governo também prevê a criação do Fundo Soberano do Conhecimento, voltado para atividades de pesquisa, extensão e desenvolvimento, inovação e empreendedorismo nas universidades e IFs. A administração deste fundo será de uma instituição financeira privada.

Clareza

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão Moura, apontou falta de clareza com relação a vários pontos da minuta enviada pelo Ministério da Educação às universidades. Entre esses pontos, citou a dispensa de chamamento público para a adesão aos contratos de gestão, a falta de informações sobre o comitê gestor do programa e a previsão de que metas e indicadores de governança serão estabelecidos depois, por “ato do ministro da Educação”. Ela ressaltou ainda que a minuta não aborda o financiamento público das instituições federais de educação superior.

— O financiamento público das instituições federais, previsto na Constituição, não é abordado na minuta, o que causa estranhamento. O texto propõe a criação de um fundo de natureza privada como alternativa para o financiamento de pesquisa, inovação e internacionalização e também não há clareza sobre como vai funcionar e qual é o papel do Estado nesse fundo — explicou.

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Almeida, afirmou que as universidades públicas não são a fonte da crise, mas sim a solução. Ela expôs preocupações do conselho universitário quanto aos cortes de recursos da instituição.

— Nós tivermos um bloqueio, em maio, de 30% do nosso orçamento. Não estamos tendo condições de fazer uma gestão devida porque não temos como planejar nossos gastos. Há uma expectativa de um desbloqueio, mas estamos ainda aguardando essa sinalização e isso, de certa forma, contamina muito da discussão que está sendo feita para o Future-se em termos de pensar o futuro da nossa universidade — lamentou.

Vantagens e riscos

Para a reitora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Wanda Hoffmann, o projeto pode trazer vantagens, mas há riscos relevantes, como a ameaça à autonomia universitária. Outro risco apontado pela reitora é o de que a adesão diminua ainda mais os recursos públicos destinados às instituições de educação superior.

— O Programa Future-se não pode ser visto como a solução para o funcionamento básico das universidades, mas, caso ajustado, aprovado e abraçado pelas instituições, tem o potencial de trazer benefícios significativos — disse a reitora, que apontou entre as possíveis vantagens o fim do teto para recursos próprios e a flexibilização da execução.

Tanto ela quanto a reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Soraya Smaili, apontaram que o programa causou muitas dúvidas e que isso gera a necessidade de ajustes para que haja clareza no texto.

— Nós temos mais dúvidas que certezas com relação a essa proposta e muitas coisas precisam de esclarecimentos e também de muito debate antes que qualquer decisão seja tomada. Uma mudança dessa natureza precisa de muita discussão e de uma construção conjunta — defendeu Soraya.

Recursos próprios

Outro ponto defendido pela reitora da Unifesp foi a aprovação da PEC 24/2019, em análise na Câmara dos Deputados. O texto propõe excluir dos limites das despesas primárias de cada instituição aquelas que são financiadas por receita própria, de convênios ou doações. Hoje, apesar de pertencerem à unidade orçamentária arrecadadora, os recursos próprios gerados pelas universidades não são revertidos integralmente para seus orçamentos.

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Carvalho, também defendeu a aprovação da PEC.

— Estamos com várias contas atrasadas, com possibilidade de parar o funcionamento, e temos recursos próprios, receitas próprias bloqueadas. A PEC 24 é fundamental para o funcionamento das universidades e para que haja um incentivo à captação de recursos — disse.

Para o senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), autor de um dos requerimentos para a audiência, afirmou que o debate serviu como subsídio para que os senadores possam discutir o tema. A audiência foi conduzida pelo senador Dário Berger (MDB-SC), presidente da CE.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições para feira alagoana de ciências Experiment terminam na sexta

Primeiros lugares serão premiados com bolsas de iniciação científica e participação em feira nacional de Ciência e Engenharia.

Terminam na sexta-feira (20) as inscrições de trabalhos de escolas de educação básica para a 3ª edição da Feira de Ciências da Educação Básica de Alagoas, Experiment, realizada pela Secretaria de Estado de Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas (Secti) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeal).

As inscrições são gratuitas, e podem ser feitas pelo site. Os primeiros colocados nas categorias de ensino Fundamental e Médio serão premiados com bolsas de iniciação científica por 12 meses.

Alunos das redes pública e privada, dos ensinos fundamental e médio, de educação profissionalizante e da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Ejai) podem participar.

Além disso, um dos finalistas será selecionado para participar da Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace) em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de março de 2020.

O resultado da seleção dos trabalhos será divulgado no dia 25 de outubro.

O evento acontecerá nos dias 4 e 7 de novembro, dentro da 9ª Bienal Internacional do Livro, em Jaraguá.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bloqueios e cortes de recursos da Unifap chegam a R\$ 42 milhões em 2019 e afetam atividades

Universidade Federal do Amapá apresentou balanço orçamentário à comunidade acadêmica quatro meses após anúncio de cortes pelo MEC.

Quatro meses após o anúncio de cortes e bloqueio de recursos pelo Ministério da Educação, a Universidade Federal do Amapá (Unifap) divulgou publicamente, pela 1ª vez, balanço financeiro a comunidade discente, professores e corpo técnico.

A suspensão das verbas ultrapassou os R\$ 42 milhões neste ano e atingiu 63% do dinheiro destinado a investimentos, como obras e ampliação de blocos e campi, e 28% do custeio da instituição, como pagamento de água, luz, telefone, vigilância, entre outros.

Os dados do balanço orçamentário foram apresentados na noite de terça-feira (17) durante audiência pública provocada pela comunidade acadêmica. O reitor Júlio César Sá e os pró-reitores que apresentaram as informações no evento apresentaram o cenário de crise.

Sá explicou que a Unifap iniciou o orçamento em 2019 com déficit em relação ao ano anterior, e mesmo pleiteando verba ao MEC para igualar os valores do exercício anterior, ele destacou o aumento de despesas como luz, água e combustível, além de contratos de serviços.

" Fizemos uma licitação nova [para vigilância] e economizamos R\$ 2 milhões. Quanto à questão do orçamento até agosto trabalhávamos conforme o esperado, mas a partir de agora de setembro que alguma coisa aconteceu em termos de corte e contingenciamento", pontua.

A redução dos serviços deve atingir a vigilância, que será expandida para câmeras de segurança, o compartilhamento e redução de viagens para pesquisa e as bolsas de incentivo, de graduação e pós-graduação.

"Temos dialogado com o MEC, com pouco sucesso. Tenho falado das situações, da política geral. Vamos até o MEC, falando que não temos isso, não temos aquilo e temos feito interlocução com vários parlamentares federais", completou o reitor.

A reitoria informou ainda que as bolsas de mestrado e doutorado sofreram redução de 34%. Os auxílios pagos a alunos, como transporte, alimentação, xerox e moradia, estão mantidos, pelo menos, até dezembro.

O corte atingiu até os recursos de emendas para as obras do Hospital Universitário, onde 21,63% dos R\$ 100 milhões previstos para 2019 foram atingidos. O cenário financeiro exposto surpreendeu docentes e técnicos, que temem a continuidade das atividades.

"A gente tava há quatro meses tendo ideia, mas sem informações publicizadas, do que estava acontecendo na Unifap. Agora todos temos algo em comum independente de opção política, de estar na administração, nos coletivos. É um momento onde toda a comunidade precisa estar unida", declarou Paulo Cambraia, presidente do Sindicato dos Docentes da Unifap (Sindufap).

Para a categoria dos técnicos-administrativos, a redução nos serviços tem atingido nos últimos meses insumos básicos para a instituição e também as atividades de pesquisa na Unifap, com a baixa na quantidade de deslocamentos para pesquisas e ações externas dos cursos.

"Temos dificuldade há muito tempo, com falta de objetos básicos como impressoras, computador, mesa. Alguns servidores se revezam em mesas para poder trabalhar. Até os banheiros, a falta de iluminação, são várias questões", explicou o técnico Édico Renê.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Professor Jacques Antonio de Miranda é nomeado reitor da Ufob

O professor Jacques Antonio de Miranda foi nomeado reitor da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob). O decreto foi publicado na madrugada desta quarta-feira (18), no Diário Oficial da União.

Jacques Miranda era o vice-reitor Pro Tempore da Ufob. Ele foi o primeiro colocado da lista tríplice, formulada pelo Conselho Universitário em reunião extraordinária ocorrida em 18 de junho deste ano. Professor Jacques Miranda teve 27 votos.

O mandato do reitor será de quatro anos, começando em 2019 e com término em 2023. As datas da cerimônia de posse de Jacques Miranda, em Brasília, e da transmissão do cargo da reitora Pro Tempore, professora Iracema Veloso, para a futura gestão serão divulgadas nos próximos dias.

Segundo informações da Ufob, Jacques Antonio de Miranda é bacharel, mestre e doutor em Química e integra o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Química Pura e Aplicada (Posquipa) e do Programa de Pós-Graduação em Propriedade

Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (Profnit).

Entre 2011 e 2013, o novo reitor foi diretor do antigo Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável, unidade avançada da Universidade Federal da Bahia (Ufba) que deu origem à Ufob.

A Ufob possui cinco campi no oeste do estado. Em Barreiras, funcionam 22 cursos de graduação e cinco de Pós-Graduação. No Centro de Barra, são ofertados os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

Já em Bom Jesus da Lapa, funcionam os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Em Luís Eduardo Magalhães, são ofertados as graduações em Engenharia de Biotecnologia e Engenharia de Produção. No Centro de Santa Maria da Vitória, ofertam-se os cursos de Artes Visuais e de Publicidade e Propaganda, além da Especialização em Produção Audiovisual.

Veja mais notícias do estado no G1

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**O Brasil além de SP: grupo SEB abrirá franquias de escola internacional
Em busca dos endinheirados, grupo vai nacionalizar escola internacional que comprou em São José dos Campos. Há somente 38 escolas do tipo no Brasil**

Existe espaço para escolas internacionais de elite fora de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa é a aposta do Grupo SEB, maior grupo de educação básica do Brasil e que vai começar a expandir seu modelo de escola internacional, a Sphere International School, por modelo de franquias.

Comprada pelo grupo SEB em 2015, a Sphere foi desenvolvida a partir da experiência da escola Esfera, unidade fundada em 2004 na cidade de São José dos Campos, a 99 quilômetros de São Paulo capital. A expectativa é ter de duas a três escolas em operação para o ano letivo de 2021 e chegar a 30 escolas nos próximos seis anos.

“Tirando Rio de Janeiro e São Paulo, a maior parte do Brasil tem pouquíssimas opções de escolas internacionais, embora muitas cidades tenham público para essas escolas”, diz Thamila Zaher, diretora-executiva do Grupo SEB e filha do fundador Chaim Zaher.

A própria história da Sphere mostra qual será o foco da expansão. O desenvolvimento da Esfera em São José dos Campos, considerada a “capital” do Vale do Paraíba, no interior de São Paulo, mostra que há demanda por escolas de elite mesmo fora de megalópoles como São Paulo. Sede de empresas como a fabricante de aviões brasileira Embraer e de universidades de ponta, São José dos Campos tem mais de 780.000 habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de 37,3 milhões de reais, o que coloca a cidade entre os 20 maiores PIBs do Brasil e o sétimo maior do estado de São Paulo. O SEB quer encontrar outros terrenos férteis como esse.

Os executivos citam lugares como São Luís, no Maranhão, Fortaleza, no Ceará, Campinas, no interior de São Paulo, e as capitais da região Sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre) como locais com pouca oferta de escolas internacionais e com público para projetos desse tipo. O grupo SEB não confirma ainda os locais das futuras

franquias da Sphere.

As mensalidades para os alunos devem ir de 1.500 reais a mais de 4.000 reais, a depender da cidade. A escola estará sempre no “primeiro quartil” de um local, isto é, entre as 25% escolas mais caras. “Será uma escola premium, mas não tão cara a ponto de não ser acessível para este público no qual estamos focando”, diz Rafael Rocha, Gerente Nacional da Sphere.

Olho no 1%

Das mais de 40.000 escolas particulares no Brasil, 3% (ou cerca de 12.000 escolas) oferecem currículo bilíngue, isto é, com o currículo brasileiro e uma língua estrangeira, segundo a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue. Já com a certificação IB, de escola internacional, há apenas 39 escolas no Brasil e cerca de 5.000 no mundo.

O IB (International Baccalaureate ou Bacharelado Internacional, em português) é um currículo reconhecido internacionalmente e controlado por uma fundação de mesmo nome na Suíça. O programa foi originalmente criado para que expatriados europeus pudessem dar aos filhos uma educação internacional e que fosse além do país para o qual a família havia imigrado.

Os executivos do grupo SEB apontam que a Sphere pode ser financeiramente vantajosa porque os pais conseguem juntar em um serviço só o valor que já pagam na mensalidade de uma escola tradicional, somada a aulas de idiomas e atividades extracurriculares.

Hoje, além do currículo bilíngue, as escolas com certificado IB têm projetos que colocam o aluno no centro da aprendizagem, com incentivo a resolução de problemas, empreendedorismo e atuação em projetos sociais – uma espécie de Paulo Freire para os ricos. O instituto IB precisa autorizar as escolas que queiram operar neste modelo mundo afora. No projeto da expansão da Sphere, o grupo SEB contou, de forma inédita, com a participação de representantes do próprio IB no desenvolvimento. “É de interesse deles aumentar o número de escolas internacionais na América Latina”, diz Zaher.

É mais comum que escolas bilíngues ou internacionais incluam apenas o Ensino Médio, visando preparar o aluno para ingressar em faculdades internacionais, mas as franquias da Sphere oferecerão todas as etapas escolares, dos 6 aos 17 anos.

O modelo de uma escola internacional, apesar das competências do IB, também não pode deixar de lado os conteúdos obrigatórios do currículo brasileiro. “Quando o pai vai até a escola, mostramos a ele que o aluno também vai aprender as disciplinas tradicionais, que vai estar lendo, por exemplo, Macunaíma no terceiro trimestre do sétimo ano”, diz Rocha.

Para concretizar o objetivo de ter unidades operando já em 2021, o próximo ano será crucial na atração de franqueados e também de pais e alunos interessados em comprar a proposta. O grupo está em conversa com franqueados há pouco mais de um ano. O investimento previsto para a operação de uma franquia da Sphere parte de 5 milhões de reais, podendo chegar a 20 milhões de reais a depender do prazo de pagamento, região escolhida e número de alunos. A taxa de franquia será de 55.000 dólares (mais de 220.000 reais), incluindo treinamento operacional e pedagógico.

Oportunidade no ensino básico

O SEB já esteve à frente do grupo Estácio, mas vendeu a participação na rede de Ensino Superior por 430 milhões de reais em 2017 e hoje atua majoritariamente na educação básica.

O grupo, historicamente, fez mais de uma dezena de aquisições nos últimos anos para atender a alunos endinheirados pelo país, com muitas unidades já contando com sistema bilíngue (porém, sem o certificado IB da Esfera) e operando em sistema de franquias. Recentemente, os Zaher compraram o colégio De A a Z, no Rio de Janeiro, o colégio Visão, de Goiás, e a quase totalidade da operação brasileira da Maple Bear, escola bilíngue infantil canadense com a qual o grupo inaugurou o modelo de franquias. O grupo SEB também é dono de escolas como a Concept, voltada a tecnologia como escolas do Vale do Silício, e as próprias escolas SEB, que originaram o conglomerado nascido em Ribeirão Preto (SP) há 50 anos.

Um dos pontos fora da curva nessa estratégia para ensino básico de elite foi a rede Luminova, lançada no ano passado com foco na classe B e C e mensalidades na casa dos 600 reais, buscando atender aos mais de 30 milhões de alunos nessa faixa de renda (mais de 60% da população em idade escolar no Brasil).

Ao todo, o grupo SEB tem mais de 50.000 alunos nas cerca de 40 escolas próprias e outros 100.000 em escolas franquizadas da Maple Bear — da qual pretende trazer ensinamentos para a experiência da Sphere. O faturamento é de mais de 800 milhões de reais.

Atender a um público com ainda poucas opções de escolas internacionais é uma estratégia que a concorrência também começa a olhar. A Red House International School, que abriu uma unidade em Higienópolis, em São Paulo, no ano passado, tem uma unidade em Recife (PE) com inauguração prevista para 2020 e outra em Jundiaí (SP). A Lumiar, do empresário Ricardo Semler, tem, além de São Paulo, escolas em cidades como Poços de Caldas (MG), Porto Alegre (RS) e Santo Antônio do Pinhal (SP), além de unidades no Reino Unido. A Eleva aposta na elite do Rio de Janeiro — tendo como sócio majoritário é o fundo Gera Venture Capital, controlado pelo empresário Jorge Paulo Lemann —, mas o grupo Eleva, tal como o SEB, tem dezenas de escolas de diferentes modelos para a elite em vários estados do Brasil. A americana Avenues também desembarcou em São Paulo no ano passado trazendo mensalidades a mais de 10.000 reais.

Concorrência não falta, mas Zaher diz que não se preocupa. “Temos 50 anos de experiência e acreditamos que isso faz muita diferença”, diz. Embora a meta de 30 escolas Sphere pareça pouco perto das centenas de colégios no guarda-chuva do grupo SEB, o número é ambicioso dentro do modelo de escola internacional, com investimento e padrão de qualidade altos e escolas gigantes, com mais de 3.000 metros quadrados.

Corre no mundo corporativo a história de que não se pode passar algumas horas com Chaim Zaher sem que ele comece a comprar uma escola. Verdade ou não, se há algo que o SEB sabe fazer é escalar um empreendimento educacional. “Não temos problema em mudar. A gente já abriu capital, fechou; já comprou a Estácio e depois vendeu.

Queremos ser pioneiros”, diz Thamila Zaher. Sempre acreditando que, na imensidão do Brasil, existe uma elite ansiosa por serviços educacionais de ponta. E disposta a pagar por eles.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Pontes quer R\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato para ações da pasta em 2020

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic), Marcos Pontes, defendeu nesta terça-feira, 17, que os R\$ 250 milhões do fundo da Lava Jato separados para sua pasta sejam usados em ações previstas para 2020 em vez de para pagamentos de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para pagar bolsistas até o final deste ano, Pontes afirma que pediu ao Ministério da Economia recursos novos. “Se tiver de usar em emergência (o recurso do fundo da Lava Jato), vou usar. Mas é preciso lembrar que usando esses R\$ 250 milhões estou cortando orçamento de outros projetos importantes. Então, o ideal era que Ministério da Economia transferisse recursos novos. Isso que tenho batalhado com Paulo Guedes”, disse Pontes.

O Mctic tem enfrentado cortes no orçamento. Recentemente, Pontes remanejou R\$ 82 milhões do orçamento de fomento do CNPq para pagar bolsas.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, validou nesta terça-feira, 17, acordo para uso do fundo da Petrobras, de cerca R\$ 2,6 bilhões.

Pelo acordo, assinado pelo governo federal, representantes da Câmara, Senado e pela Procuradoria-Geral da República, cerca de R\$ 1,6 bilhão irá para a educação, sendo R\$ 250 milhões ao Mctic para alocar em ações de inovação, empreendedorismo e educação, como as bolsas de pesquisa do CNPq. Outro R\$ 1,06 bilhão será destinado para ações na Amazônia de prevenção, fiscalização e combate a desmatamentos e incêndios.

topo ↕

REVISTA FÓRUM - TEMPO REAL

Em meio a cortes, governo Bolsonaro autoriza R\$ 4,7 bi de vantagens para militares em 2020

Montante seria o suficiente para recompor, com sobras, gastos das bolsas de pesquisa da Capes, que estão com metade do orçamento previsto para o próximo ano

Depois de anunciar diversos cortes no orçamento federal de 2020, passando na face importantes projetos sociais, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) autorizou o investimento de R\$ 4,7 bi só na criação de vantagens para a carreira de militares. Montante decorre de benefícios instituídos pela reforma previdenciária das Forças Armadas.

Entre as propostas do texto, estão o aumento do adicional de habilitação, recebido por militares que passam por cursos de qualificação, e a criação do chamado “adicional de disponibilidade”. Benefícios são contrapartida às exigências de maiores contribuições e tempo de serviço para as pensões.

A justificativa, para defensores do projeto, é a “dedicação exclusiva e a prontidão permanente dos profissionais”. Atualmente o texto tramita na Câmara dos Deputados.

No entanto, para arcar com estes gastos, o governo é forçado a comprimir atividades e programas considerados “não obrigatórios”. O arrocho atinge em cheio o custeio, categoria que engloba diferentes atividades, como bolsas de estudo.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já anunciou o corte da metade do orçamento da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** em 2020. Foram reservados somente R\$ 2,2 bilhões para a **Capes** frente os R\$ 4,3 bilhões previstos neste ano.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação

Em torno de R\$ 2,6 bilhões provenientes de pacto entre a Petrobras e a Justiça dos EUA devem ser destinados à preservação da floresta e à área de ciência e educação, determina acordo homologado por Alexandre de Moraes. O Supremo Tribunal Federal (STF), homologou nesta terça-feira (18/09) o acordo alcançado entre o governo federal e a Procuradoria-Geral da República para destinar 1 bilhão de reais do fundo bilionário da Petrobras à preservação da Amazônia, e mais 1,6 bilhão de reais à educação.

Os recursos vêm de uma multa paga pela estatal petrolífera às autoridades brasileiras após um acordo com o governo dos Estados Unidos. A Petrobras acertou com autoridades americanas o pagamento de 853,2 milhões de dólares, dos quais, 682 milhões (cerca de 2,6 bilhões de reais) devem ser aplicados no Brasil.

O acordo fechado pela estatal visava encerrar as investigações sobre a empresa nos EUA referentes a prejuízos causados a acionistas estrangeiros nos casos de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

A força-tarefa da operação Lava Jato desejava utilizar parte desse dinheiro para criar uma fundação a ser gerida pelo Ministério Público Federal do Paraná, após um acordo entre os procuradores e a Petrobras, mas o ministro Alexandre de Moraes do STF anulou a medida.

"A eventual apropriação, por determinados membros do Ministério Público, da administração e destinação de proveito econômico resultante da atuação do órgão, além de desrespeitar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, implicou séria agressão ao perfil constitucional fortalecido da Instituição", disse Moraes, ao decretar a nulidade do acordo.

O ministro autorizou a transferência imediata do dinheiro, atualmente depositado em uma conta na Caixa Econômica Federal, para a conta única do Tesouro Nacional.

ficou determinado que o dinheiro destinado à Amazônia seja aplicado para "prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais".

Dos 1,06 bilhão de reais destinados à região, 630 milhões serão administrados pela União e empregados nas chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região, sob supervisão do Ministério da Defesa; em ações de responsabilidade a serem promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e na regularização fundiária, a ser implementada pelo Ministério da Agricultura.

Os 430 milhões de reais restantes serão repassados aos estados da região amazônica, levando-se em conta a área desmatada e o número de focos de queimadas, além de dados populacionais e de território.

O montante de 1,601 bilhão de reais para a área da educação deverá ser empregado na educação infantil, que receberá 1 bilhão desse total, além de ações do Ministério da Cidadania destinadas ao desenvolvimento da primeira infância, que receberão 250 milhões.

Outros 250 milhões de reais serão transferidos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações para financiar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ações de empreendedorismo.

Os 100 milhões de reais restantes serão destinados a ações socioeducativas, que devem, de preferência, contar com o intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A transferência dos recursos advindos da Petrobras para medidas de preservação da Amazônia foi sugerida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e pela ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Inicialmente, essas verbas seriam destinadas somente para a área da educação e ciência.

RC/abr/ots

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

STF valida uso do fundo da Lava Jato na Amazônia e educação

Em torno de R\$ 2,6 bilhões provenientes de pacto entre a Petrobras e a Justiça dos EUA devem ser destinados à preservação da floresta e à área de ciência e educação, determina acordo homologado por Alexandre de Moraes. O Supremo Tribunal Federal (STF), homologou nesta terça-feira (18/09) o acordo alcançado entre o governo federal e a Procuradoria-Geral da República para destinar 1 bilhão de reais do fundo bilionário da Petrobras à preservação da Amazônia, e mais 1,6 bilhão de reais à educação.

Os recursos vêm de uma multa paga pela estatal petrolífera às autoridades brasileiras após um acordo com o governo dos Estados Unidos. A Petrobras acertou com autoridades americanas o pagamento de 853,2 milhões de dólares, dos quais, 682 milhões (cerca de 2,6 bilhões de reais) devem ser aplicados no Brasil.

O acordo fechado pela estatal visava encerrar as investigações sobre a empresa nos EUA referentes a prejuízos causados a acionistas estrangeiros nos casos de corrupção investigados pela operação Lava Jato.

A força-tarefa da operação Lava Jato desejava utilizar parte desse dinheiro para criar uma fundação a ser gerida pelo Ministério Público Federal do Paraná, após um acordo entre os procuradores e a Petrobras, mas o ministro Alexandre de Moraes do STF anulou a medida.

"A eventual apropriação, por determinados membros do Ministério Público, da administração e destinação de proveito econômico resultante da atuação do órgão, além

de desrespeitar os princípios da legalidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa, implicou séria agressão ao perfil constitucional fortalecido da Instituição", disse Moraes, ao decretar a nulidade do acordo.

O ministro autorizou a transferência imediata do dinheiro, atualmente depositado em uma conta na Caixa Econômica Federal, para a conta única do Tesouro Nacional.

ficou determinado que o dinheiro destinado à Amazônia seja aplicado para "prevenção, fiscalização e ao combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais".

Dos 1,06 bilhão de reais destinados à região, 630 milhões serão administrados pela União e empregados nas chamadas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na região, sob supervisão do Ministério da Defesa; em ações de responsabilidade a serem promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e na regularização fundiária, a ser implementada pelo Ministério da Agricultura.

Os 430 milhões de reais restantes serão repassados aos estados da região amazônica, levando-se em conta a área desmatada e o número de focos de queimadas, além de dados populacionais e de território.

O montante de 1,601 bilhão de reais para a área da educação deverá ser empregado na educação infantil, que receberá 1 bilhão desse total, além de ações do Ministério da Cidadania destinadas ao desenvolvimento da primeira infância, que receberão 250 milhões.

Outros 250 milhões de reais serão transferidos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações para financiar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ações de empreendedorismo.

Os 100 milhões de reais restantes serão destinados a ações socioeducativas, que devem, de preferência, contar com o intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A transferência dos recursos advindos da Petrobras para medidas de preservação da Amazônia foi sugerida pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e pela ex-procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Inicialmente, essas verbas seriam destinadas somente para a área da educação e ciência.